



RELATÓRIO & CONTAS

SEGUNDO TRIMESTRE E PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011



A crescer com a exploração e produção

ÍNDICE

Sumário executivo.....	3
Principais indicadores	4
Bases de apresentação da informação	5
Envolvente de mercado	6
Informação financeira.....	9
1. Demonstração de resultados	9
2. Análise da demonstração de resultados	10
3. Situação financeira	15
4. Cash flow	16
5. Investimento.....	17
Informação por segmentos.....	18
1. Exploração & Produção	18
2. Refinação & Distribuição	20
3. Gas & Power	23
Previsões de curto prazo.....	25
Acção Galp Energia	26
Eventos do primeiro semestre de 2011.....	27
Colaboradores.....	29
Reconciliação entre valores IFRS e valores replacement cost ajustados.....	29
1. EBIT replacement cost ajustado por segmento.....	29
2. EBITDA replacement cost ajustado por segmento	29
3. Eventos não recorrentes	30
Demonstrações financeiras consolidadas.....	32
Declaração do conselho de administração	33
Anexos.....	34
1. Órgãos sociais	34
2. Declarações e menções obrigatórias.....	35
3. Contas consolidadas	36
4. Relatórios, opiniões e pareceres	78
5. Informação adicional	81

SUMÁRIO EXECUTIVO

No primeiro semestre de 2011, o resultado líquido *replacement cost* ajustado da Galp Energia diminuiu 36% em relação ao período homólogo de 2010, para €111 milhões, em consequência do pior desempenho do segmento de negócio de Refinação & Distribuição. O resultado líquido do segundo trimestre de 2011 foi de €70 milhões registando a mesma evolução negativa face ao período homólogo de 2010.

SÍNTESE DOS RESULTADOS – SEGUNDO TRIMESTRE E PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011

- A produção *net entitlement* de crude no primeiro semestre de 2011 foi de 11,7 mbopd com o contributo positivo da produção do campo Lula; no segundo trimestre, a produção *net entitlement* subiu 26% face ao segundo trimestre de 2010;
- A margem de refinação da Galp Energia foi de Usd 0,8/bbl no primeiro semestre de 2011; no segundo trimestre de 2011, a margem de refinação foi de 0,6/bbl, o que reflectiu a tendência de descida das margens de refinação nos mercados internacionais;
- O negócio de distribuição de produtos petrolíferos foi afectado negativamente pelo contexto económico adverso na Península Ibérica;
- O volume vendido de gás natural aumentou 22% no primeiro semestre em relação ao período homólogo de 2010, para 2.792 milhões de metros

cúbicos, para o que contribuíram as vendas da Madrileña Gas e as vendas ao segmento eléctrico; no segundo trimestre de 2011, os volumes vendidos aumentaram 7% devido ao maior consumo do segmento industrial;

- O EBITDA RCA no primeiro semestre de 2011 diminuiu 20% em relação ao período homólogo de 2010, para €365 milhões; no segundo trimestre de 2011, o EBITDA RCA foi de €230 milhões;
- O resultado líquido RCA de €111 milhões no primeiro semestre de 2011 correspondeu a €0,13 por acção, dos quais 63% foram realizados no segundo trimestre de 2011;
- No primeiro semestre de 2011, aproximadamente 60% do investimento total de €590 milhões foi canalizado para o projecto de conversão das refinarias.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES FINANCEIROS

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
368	277	(91)	(24,8%)	EBITDA	589	632	43	7,3%
285	232	(53)	(18,6%)	EBITDA RC ¹	457	366	(91)	(19,9%)
277	230	(47)	(16,8%)	EBITDA RCA²	454	365	(90)	(19,7%)
233	162	(71)	(30,5%)	EBIT	372	421	49	13,1%
150	117	(33)	(21,9%)	EBIT RC ¹	240	155	(85)	(35,5%)
158	121	(37)	(23,5%)	EBIT RCA²	253	174	(80)	(31,4%)
162	100	(62)	(38,3%)	Resultado líquido	260	290	31	11,9%
102	67	(35)	(34,0%)	Resultado líquido RC ¹	163	99	(63)	(39,0%)
109	70	(39)	(36,0%)	Resultado líquido RCA²	174	111	(63)	(36,0%)

¹ Resultados *replacement cost* excluem efeito *stock*

² Resultados *replacement cost* ajustados excluem efeito *stock* e eventos não recorrentes

INDICADORES DE MERCADO

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
1,9	(1,0)	(2,9)	s.s.	Margem <i>cracking</i> de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	1,9	(0,7)	(2,7)	s.s.
0,6	(1,9)	(2,5)	s.s.	Margem <i>hydroskimming</i> + aromáticos + óleos base de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	0,5	(1,2)	(1,6)	s.s.
38,5	57,7	19,2	49,9%	Preço de gás natural NBP do Reino Unido ² (GBP/therm)	37,1	57,4	20,2	54,5%
35,0	4,8	(30,2)	(86,2%)	Preço pool espanhola ² (€/MWh)	30,2	46,7	16,4	54,4%
78,3	117,4	39,1	49,9%	Preço médio do <i>dated Brent</i> ³ (Usd/bbl)	77,3	111,2	33,9	43,9%
1,27	1,44	0,2	13,1%	Taxa de câmbio média ² Eur/Usd	1,33	1,40	0,1	5,8%
0,98	1,70	0,71 p.p.	s.s.	Euribor - seis meses ² (%)	0,97	1,53	0,56 p.p.	s.s.

¹ Fonte: Platts. Para uma descrição completa da metodologia de cálculo das margens de Roterdão vide "Definições"

² Fonte: Bloomberg

³ Fonte: Platts

INDICADORES OPERACIONAIS

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
19,8	21,8	2,1	10,4%	Produção média <i>working interest</i> (mbopd)	19,1	20,4	1,3	6,7%
10,9	13,8	2,9	26,3%	Produção média net entitlement (mbopd)	11,8	11,7	(0,1)	(0,8%)
3,4	0,6	(2,8)	(81,6%)	Margem de refinação Galp Energia (Usd/bbl)	3,0	0,8	(2,2)	(73,7%)
3,2	3,1	(0,2)	(4,8%)	Matérias-primas processadas (milhões ton)	6,4	5,1	(1,2)	(19,1%)
2,7	2,6	(0,1)	(2,9%)	Vendas <i>oil</i> clientes directos (milhões ton)	5,5	5,1	(0,4)	(7,7%)
1.105	1.187	82	7,4%	Vendas de gás natural (milhões m ³)	2.284	2.792	508	22,3%
311	323	12	3,8%	Vendas de electricidade à rede ¹ (GWh)	608	547	(61)	(10,0%)

¹ Inclui empresas que não consolidam mas nas quais a Galp Energia detém uma participação significativa

Os resultados apresentados neste relatório identificados como *replacement cost* ajustado (RCA) excluem ganhos ou perdas com efeito *stock* e eventos não recorrentes ou, no caso de resultados *replacement cost* (RC) apenas o efeito *stock*. Estes resultados não foram sujeitos a auditoria.

BASES DE APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas e sujeitas a revisão limitada da Galp Energia relativas aos seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010 foram elaboradas em conformidade com as IFRS. A informação financeira referente à demonstração de resultados consolidados é apresentada para os trimestres findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010 e para os semestres findos nestas datas. A informação financeira referente à situação financeira consolidada é apresentada às datas de 30 de Junho de 2011, 31 de Março de 2011 e de 31 de Dezembro de 2010.

As demonstrações financeiras da Galp Energia são elaboradas de acordo com as IFRS e o custo das mercadorias vendidas e matérias-primas consumidas é valorizado a CMP. A utilização deste critério de valorização pode originar volatilidade nos resultados em momentos de oscilação dos preços das mercadorias e das matérias-primas através de ganhos ou perdas em *stocks*, sem que tal traduza o desempenho operacional da empresa. Este efeito é designado *efeito stock*.

Outro factor que pode afectar os resultados da empresa sem ser um indicador do seu verdadeiro desempenho é o conjunto de eventos de natureza não recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de activos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de reestruturação.

Com o objectivo de avaliar o desempenho operacional do negócio da Galp Energia, os resultados operacionais e os resultados líquidos RCA excluem os eventos não recorrentes e o efeito *stock* pelo facto de

o custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas ter sido apurado pelo método de valorização de custo de substituição designado *replacement cost* (RC).

ALTERAÇÕES RECENTES

No quarto trimestre de 2010, os factores de conversão referentes ao gasóleo, à gasolina e ao fuelóleo foram revistos com base nas actualizações dos *cracks* destes produtos. Assim, os factores de conversão utilizados para converter barris em toneladas foram revistos para 7,44 no caso do gasóleo, 8,33 na gasolina e 6,32 no fuelóleo. Estes novos factores de conversão foram aplicados ao primeiro semestre e ao segundo trimestre de 2010, de modo a tornar os períodos comparáveis.

Em Junho de 2011, a Galp Energia alterou a contabilização da sua participação na empresa Enacol, uma subsidiária a operar em Cabo-Verde, que estava, até à data, a ser reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. A Enacol passou a ser integralmente consolidada, uma vez que, apesar de não deter a maioria do seu capital, a Galp Energia passou a controlar, com expectável permanência, as políticas financeiras e operacionais da empresa. Esta alteração não foi repercutida nas demonstrações financeiras dos seis meses e segundo trimestre de 2010, pelo que estas não são directamente comparáveis com as demonstrações financeiras dos seis meses e segundo trimestre de 2011.

ENVOLVENTE DE MERCADO

BRENT

O valor médio do *dated Brent* no primeiro semestre de 2011 foi de Usd 111,2/bbl, um aumento de 44% face ao período homólogo de 2010. Esta subida deveu-se sobretudo aos conflitos no Norte de África, nomeadamente na Líbia, e à diminuição da oferta de crude pela OPEP.

No segundo trimestre de 2011, o valor médio do *dated Brent* foi de Usd 117,4/bbl, mais 12% do que no primeiro trimestre, na sequência da continuação de menor oferta de petróleo líbio, dos cortes de produção impostos pela OPEP e do aumento da procura específica neste período do ano.

PRODUTOS PETROLÍFEROS

No primeiro semestre de 2011, o valor médio do *crack* da gasolina foi de Usd 7,7/bbl, ou seja, menos 25% do que no período homólogo de 2010, uma diminuição que ficou a dever-se à rápida subida do preço do *dated Brent* durante o primeiro semestre de 2011. O valor médio do *crack* da gasolina no segundo trimestre de 2011 foi de Usd 10,1/bbl, um aumento de 90% face ao trimestre anterior devido a oportunidades de arbitragem para os EUA e a problemas no sistema de refinação daquele país. No final do segundo trimestre de 2011, o *crack* da gasolina começou a diminuir na sequência do aumento de oferta das refinarias dos EUA, depois de terminado o seu período de manutenção.

O *crack* médio do diesel foi, no primeiro semestre de 2011, de Usd 17,3/bbl, um aumento de 30,4% face ao período homólogo de 2010. No segundo trimestre de 2011, o valor médio do *crack* do diesel foi de Usd 16,3/bbl, menos 11% do que no trimestre anterior, na sequência dos receios relativos à recuperação económica.

O *crack* médio do fuelóleo no primeiro semestre de 2011 foi de Usd -12,7/bbl, ou seja, menos Usd 7,0/bbl do que o valor médio do primeiro semestre de 2010, o que se deveu ao aumento do preço do *dated Brent*. No segundo trimestre de 2011, o valor médio do *crack* do fuelóleo foi de Usd -11,4/bbl, ou seja, mais 18% do que no trimestre anterior. Este aumento deveu-se à forte procura da Ásia.

MARGENS DE REFINAÇÃO

No primeiro semestre de 2011, a margem de *cracking* diminuiu Usd 2,7/bbl face ao primeiro semestre de 2010, enquanto a margem de *hydroskimming* diminuiu Usd 3,5/bbl no mesmo período, devido ao efeito negativo da subida do *dated Brent*, com a recuperação do *crack* do diesel a não ser suficiente para compensar a descida dos *cracks* da gasolina e do fuelóleo.

No segundo trimestre de 2011, a margem de *cracking* diminuiu Usd 0,4/bbl face ao primeiro trimestre de 2011, enquanto a margem de *hydroskimming* diminuiu Usd 0,5/bbl no mesmo período, continuando a tendência negativa verificada ao longo do semestre.

EUR/USD

Durante os primeiros seis meses de 2011, a taxa de câmbio média do euro/dólar foi de 1,40, o que correspondeu a uma valorização de 6% do euro em relação ao dólar face ao período homólogo de 2010. No segundo trimestre de 2011, a taxa de câmbio média do euro/dólar foi de 1,44, o que representou uma valorização de 5% do euro face ao dólar em relação ao trimestre anterior e de 13% em relação ao trimestre homólogo de 2010, devido sobretudo à subida das taxas de juro de referência pelo Banco Central Europeu.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

MERCADO IBÉRICO

Em Portugal, o mercado de produtos petrolíferos contraiu 6% no primeiro semestre de 2011 em relação ao período homólogo de 2010, para 4,7 milhões de toneladas. O mercado da gasolina contraiu 10% para os 0,6 milhões de toneladas e o mercado do gasóleo diminuiu 7% para os 2,5 milhões de toneladas em relação ao período homólogo de 2010. O mercado do *jet* recuperou 2% para os 0,5 milhões de toneladas.

No segundo trimestre de 2011, os volumes no mercado de produtos petrolíferos caíram 6% face ao período homólogo de 2010, para 2,4 milhões de toneladas. Esta descida foi mais visível no mercado das gasolinas, que diminuiu 11% em relação ao segundo trimestre de 2010, para 0,3 milhões de toneladas. Enquanto o mercado do gasóleo, com 1,3 milhões de toneladas, teve uma evolução negativa de 6% em relação ao segundo trimestre de 2010, o mercado do *jet* aumentou 3% para os 0,3 milhões de toneladas.

Em Espanha, o mercado de produtos petrolíferos teve uma evolução negativa no primeiro semestre de 2011, com uma queda de 2% face ao mesmo período de 2010, para os 28,4 milhões de toneladas. Esta evolução deveu-se à contracção de 7% do mercado da gasolina, para os 2,6 milhões de toneladas. O mercado do gasóleo, com 15 milhões de toneladas, diminuiu 5% em relação ao primeiro semestre de 2010. Estas descidas não foram totalmente compensadas pelo aumento do consumo de *jet*, o qual registou uma subida de 13% face ao período homólogo para 2,7 milhões toneladas

No segundo trimestre de 2011, o mercado de produtos petrolíferos em Espanha diminuiu 2% face ao período homólogo de 2010, para 14,1 milhões de toneladas. A queda foi comum ao mercado de gasolina e do gasóleo, tendo ambos os mercados diminuído 7% face ao período homólogo de 2010. O mercado da gasolina situou-se nos 1,3 milhões de toneladas, enquanto o mercado do gasóleo se cifrou nos 7,1 milhões de toneladas. A compensar esta descida esteve o aumento de 15% do *jet*, para os 1,53 milhões de toneladas.

O mercado português do gás natural foi de 2.667 milhões de metros cúbicos no primeiro semestre de 2011, um aumento de 12% face ao primeiro semestre de 2010. Esta evolução positiva foi impulsionada sobretudo pelo aumento de 35% na procura do sector eléctrico. No segundo trimestre de 2011, o mercado do gás natural aumentou 8% em relação ao segundo trimestre de 2010, para os 1.281 milhões de metros cúbicos, devido sobretudo ao aumento do consumo do segmento eléctrico em 12%. A procura do segmento residencial e industrial aumentou 6% face ao segundo trimestre de 2010.

O mercado espanhol de gás natural diminuiu 3% no primeiro semestre de 2011 face ao período homólogo de 2010, para 16.645 milhões de metros cúbicos. No segundo trimestre de 2011, o mercado do gás natural contraiu 6% face ao período homólogo de 2010, para 7.155 milhões de metros cúbicos, devido, principalmente, à quebra do consumo do segmento eléctrico, que privilegiou a geração hidráulica.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

INDICADORES DE MERCADO

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
78,3	117,4	39,1	49,9%	Preço médio do <i>dated Brent</i> ¹ (Usd/bbl)	77,3	111,2	33,9	43,9%
15,0	16,3	1,3	8,9%	<i>Crack diesel</i> ² (Usd/bbl)	13,3	17,3	4,0	30,4%
9,8	10,1	0,3	3,4%	<i>Crack gasolina</i> ³ (Usd/bbl)	10,2	7,7	(2,5)	(24,6%)
(6,5)	(11,4)	(4,9)	(75,4%)	<i>Crack fuelóleo</i> ⁴ (Usd/bbl)	(5,7)	(12,7)	(7,0)	(123,4%)
1,9	(1,0)	(2,9)	s.s.	Margem <i>cracking</i> de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	1,9	(0,7)	(2,7)	s.s.
(1,0)	(4,8)	(3,8)	s.s.	Margem <i>hydroskimming</i> de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	(1,0)	(4,5)	(3,5)	s.s.
2,6	2,4	(0,1)	(5,7%)	Mercado <i>oil</i> em Portugal ⁵ (milhões ton)	5,0	4,7	(0,3)	(6,3%)
14,4	14,1	(0,3)	(2,1%)	Mercado <i>oil</i> em Espanha ⁶ (milhões ton)	29,0	28,4	(0,6)	(2,2%)
1.182	1.281	99	8,4%	Mercado gás natural em Portugal ⁷ (milhões m ³)	2.378	2.667	289	12,2%
7.618	7.155	(464)	(6,1%)	Mercado gás natural em Espanha ⁸ (milhões m ³)	17.220	16.645	(575)	(3,3%)

¹ Fonte: *Platts*

² Fonte: *Platts; ULSD 10ppm NWE CIF ARA*

³ Fonte: *Platts; Gasolina sem chumbo, NWE FOB Barges*

⁴ Fonte: *Platts; 1% LSFO, NWE FOB Cargoes*

⁵ Fonte: DGEG

⁶ Fonte: Cores. A informação de Junho é estimada

⁷ Fonte: Galp Energia

⁸ Fonte: Enagas

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
3.580	4.356	775	21,7%	Vendas e prestações de serviços	6.870	8.151	1.282	18,7%
(3.280)	(4.103)	823	25,1%	Custos operacionais	(6.362)	(7.565)	1.203	18,9%
68	24	(44)	(65,1%)	Outros proveitos (custos) operacionais	81	46	(36)	(44,0%)
368	277	(91)	(24,8%)	EBITDA	589	632	43	7,3%
(135)	(115)	(20)	(15,1%)	D&A e provisões	(217)	(211)	(6)	(2,7%)
233	162	(71)	(30,5%)	EBIT	372	421	49	13,1%
18	15	(2)	(13,2%)	Resultados de empresas associadas	34	36	2	4,4%
0	0	(0)	s.s.	Resultados de investimentos	0	0	(0)	s.s.
(30)	(35)	(5)	(17,3%)	Resultados financeiros	(53)	(64)	(11)	(20,5%)
221	142	(79)	(35,7%)	Resultados antes de impostos e interesses minoritários	353	392	39	11,1%
(58)	(38)	(20)	(33,7%)	Imposto sobre o rendimento	(91)	(96)	5	5,7%
(1)	(4)	3	s.s.	Interesses minoritários	(2)	(6)	3	141,2%
162	100	(62)	(38,3%)	Resultado líquido	260	290	31	11,9%
162	100	(62)	(38,3%)	Resultado líquido	260	290	31	11,9%
(60)	(32)	27	45,7%	Efeito <i>stock</i>	(97)	(191)	94	(97,5%)
102	67	(35)	(34,0%)	Resultado líquido RC	163	99	(63)	(39,0%)
7	2	(4)	(65,7%)	Eventos não recorrentes	11	12	1	8,3%
109	70	(39)	(36,0%)	Resultado líquido RCA	174	111	(63)	(36,0%)

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2011, o resultado líquido RCA foi de €111 milhões, ou seja, menos €63 milhões do que no período homólogo de 2010, o que ficou a dever-se principalmente à diminuição da margem de refinação, à quebra nas vendas de produtos petrolíferos e também ao menor crude processado devido à paragem técnica da refinaria de Sines no primeiro trimestre de 2011.

O resultado líquido IFRS do primeiro semestre, de €290 milhões, incluindo um efeito *stock* positivo de €191 milhões, na sequência da subida durante o período dos preços do crude e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011, o resultado líquido RCA foi de €70 milhões, menos €39 milhões do que no período homólogo de 2010, na sequência da diminuição do volume de crude processado e da margem de refinação.

O resultado líquido IFRS do segundo trimestre de 2011 foi de €100 milhões, incluindo um efeito *stock* positivo de €32 milhões, na sequência da subida durante o trimestre dos preços do crude e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
3.580	4.356	775	21,7%	Vendas e prestações de serviços	6.870	8.151	1.282	18,7%
-	-	-	-	Eventos não recorrentes	-	-	-	-
3.580	4.356	775	21,7%	Vendas e prestações de serviços ajustadas	6.870	8.151	1.282	18,7%
64	113	48	74,9%	Exploração & Produção	101	173	72	71,0%
3.201	3.898	697	21,8%	Refinação & Distribuição	6.099	7.147	1.048	17,2%
370	493	122	33,0%	Gas & Power	767	1.110	343	44,7%
33	30	(2)	(7,0%)	Outros	64	66	3	4,0%
(88)	(178)	(89)	(101,4%)	Ajustamentos de consolidação	(161)	(345)	(184)	(113,9%)

PRIMEIRO SEMESTRE

As vendas e prestações de serviços ajustadas aumentaram 19% para €8.151 milhões em relação ao período homólogo de 2010, para o que contribuíram todos os segmentos de negócios, na sequência do aumento do preço do crude, dos produtos petrolíferos e do gás natural nos mercados internacionais, bem como dos volumes vendidos de gás natural.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011 as vendas e prestações de serviços ajustadas foram de €4.356 milhões, ou seja, mais 22% do que no segundo trimestre de 2010, o que se deveu ao aumento do preço do crude, dos produtos petrolíferos e do gás natural nos mercados internacionais, simultaneamente com o aumento dos volumes vendidos de gás natural.

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
3.280	4.103	823	25,1%	Custos operacionais	6.362	7.565	1.203	18,9%
83	45	(38)	(46,1%)	Efeito stock	133	266	134	100,9%
3.363	4.148	785	23,3%	Custos operacionais RC	6.494	7.831	1.337	20,6%
(3)	(2)	1	42,6%	Eventos não recorrentes	(9)	(3)	6	64,2%
3.360	4.146	786	23,4%	Custos operacionais RCA	6.485	7.828	1.343	20,7%
3.360	4.146	786	23,4%	Custos operacionais RCA	6.485	7.828	1.343	20,7%
3.090	3.861	771	24,9%	Custo das mercadorias vendidas	5.950	7.233	1.283	21,6%
194	214	19	10,0%	Fornecimentos e serviços externos	370	440	69	18,7%
76	72	(4)	(5,7%)	Custos com pessoal	165	155	(10)	(6,0%)

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2011, os custos operacionais RCA aumentaram 21% para €7.828 milhões. Este aumento deveu-se ao acréscimo de 22% no custo das mercadorias vendidas, que resultou da subida dos preços do crude e do gás natural nos mercados internacionais, e do aumento de 19% nos custos com fornecimentos e serviços externos, que sofreram o

impacto da consolidação da empresa Madrileña Gas a partir de Maio de 2010 e da Enacol a partir do segundo trimestre de 2011. Excluindo estes dois efeitos, os custos com fornecimentos e serviços externos mantiveram-se em linha com o primeiro semestre de 2010. De salientar ainda o aumento dos custos com fornecimentos e serviços externos

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

associados a uma maior actividade de produção no Brasil.

No primeiro semestre de 2011, os custos com pessoal diminuíram 6% face ao período homólogo de 2010, para €155 milhões, principalmente devido à diminuição no período de especializações relativas a remunerações variáveis.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011, os custos operacionais RCA aumentaram 23% para os €4.146 milhões, principalmente devido à subida dos custos das mercadorias vendidas, que aumentaram 25% face ao segundo trimestre de 2010 na sequência da subida dos preços do crude e do gás natural nos mercados internacionais. Os custos com fornecimentos e

serviços externos aumentaram 10%, para €214 milhões no segundo trimestre de 2011 face ao período homólogo, e foram influenciados pela consolidação da empresa Madrileña Gas a partir de Maio de 2010 e da Enacol a partir do segundo trimestre de 2011. Excluindo estes dois efeitos, os custos com fornecimentos e serviços externos ter-se-iam mantido constantes em relação ao segundo trimestre de 2010.

No segundo trimestre de 2011, os custos com pessoal diminuíram 6% face ao período homólogo de 2010, para €72 milhões, devido principalmente a um custo menor com reformas antecipadas e com o fundo de pensões.

DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
87	110	23	26,1%	Depreciações e amortizações	158	208	50	31,8%
(9)	(5)	4	43,0%	Eventos não recorrentes	(9)	(23)	(14)	(153,2%)
79	105	26	33,6%	Depreciações e amortizações ajustadas	149	185	36	24,5%
79	105	26	33,6%	Depreciações e amortizações ajustadas	149	185	36	24,5%
17	46	29	166,7%	Exploração & Produção	31	71	40	127,4%
50	47	(2)	(4,4%)	Refinação & Distribuição	95	91	(4)	(3,9%)
11	11	(0)	(1,2%)	Gas & Power	21	21	(0)	(2,1%)
0	1	0	s.s.	Outros	1	2	1	s.s.

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2011, as depreciações e amortizações ajustadas foram de €185 milhões, ou seja, mais €36 milhões do que no período homólogo de 2010.

Este aumento resultou dum incremento de €40 milhões nas depreciações e amortizações do segmento de Exploração & Produção. Este incremento foi, por sua vez, consequência do acréscimo das amortizações referentes ao bloco 14 em Angola, na sequência da revisão técnica, em baixa, das reservas e actualização do preço de referência do

crude, o que levou a um aumento da taxa de amortização a aplicar.

Nos negócios de Refinação & Distribuição e de Gas & Power, as depreciações e amortizações ajustadas mantiveram-se estáveis em relação ao primeiro semestre de 2010.

Os eventos não recorrentes de €23 milhões correspondem essencialmente a custos associados a poços secos no Brasil.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011, as depreciações e amortizações ajustadas aumentaram €26 milhões para €105 milhões. Este aumento deveu-se ao acréscimo das depreciações e amortizações no segmento de Exploração & Produção, uma vez que aquelas se mantiveram em linha com o segundo trimestre de 2010 tanto no negócio de Refinação & Distribuição como no de Gas & Power.

PROVISÕES

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
48	5	(43)	(89,6%)	Provisões	59	3	(56)	(94,2%)
(7)	(0)	7	s.s.	Eventos não recorrentes	(7)	2	10	s.s.
40	4	(36)	(88,9%)	Provisões ajustadas	52	6	(46)	(89,2%)
40	4	(36)	(88,9%)	Provisões ajustadas	52	6	(46)	(89,2%)
6	1	(6)	(90,3%)	Exploração & Produção	8	0	(8)	s.s.
2	3	1	54,6%	Refinação & Distribuição	3	5	2	59,9%
32	1	(31)	(97,5%)	Gas & Power	41	(0)	(41)	s.s.
0	0	(0)	s.s.	Outros	0	0	(0)	s.s.

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2011, as provisões ajustadas foram de €6 milhões e consistiram essencialmente em provisões para clientes de cobrança duvidosa no negócio de Refinação & Distribuição.

No negócio de Exploração & Produção, a diminuição de €8 milhões nas provisões reflectiu o impacto favorável da actualização cambial do euro face ao dólar nas provisões para abandono e para pagamento de imposto em Angola, o que compensou as provisões efectuadas no período.

No segmento de negócio de Gas & Power, a diminuição de €41 milhões nas provisões reflectiu sobretudo a provisão referente à renegociação de contratos de fornecimento de gás natural constituída no primeiro semestre de 2010.

O acréscimo das depreciações e amortizações no segmento de Exploração & Produção deveu-se ao aumento da taxa de amortização em Angola, consequência da revisão em baixa das reservas e também da actualização do preço de referência do crude, com um impacto directo na taxa de amortização a aplicar.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011, as provisões ajustadas foram de €4 milhões, uma descida de €36 milhões face ao segundo trimestre de 2010. Esta descida deveu-se ao decréscimo de €31 milhões nas provisões do negócio de Gas & Power, face à constituição em 2010 de provisões referentes à renegociação de contratos de fornecimento de gás natural.

A descida de €6 milhões nas provisões do negócio de Exploração & Produção deveu-se ao impacto cambial da valorização do euro face ao dólar em provisões já constituídas, o que compensou as provisões efectuadas no período.

As provisões de €3 milhões no negócio de Refinação & Distribuição deveram-se sobretudo a provisões para clientes de cobrança duvidosa.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

RESULTADOS OPERACIONAIS

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
233	162	(71)	(30,5%)	EBIT	372	421	49	13,1%
(83)	(45)	38	46,1%	Efeito stock	(133)	(266)	(134)	(100,9%)
150	117	(33)	(21,9%)	EBIT RC	240	155	(85)	(35,5%)
8	4	(4)	(53,6%)	Eventos não recorrentes	14	19	6	40,2%
158	121	(37)	(23,5%)	EBIT RCA	253	174	(80)	(31,4%)
158	121	(37)	(23,5%)	EBIT RCA	253	174	(80)	(31,4%)
21	28	8	36,6%	Exploração & Produção	54	51	(3)	(5,3%)
82	44	(38)	(46,1%)	Refinação & Distribuição	102	20	(81)	(80,1%)
50	48	(3)	(5,9%)	Gas & Power	93	99	7	7,2%
5	1	(4)	s.s.	Outros	6	4	(2)	s.s.

PRIMEIRO SEMESTRE

O EBIT RCA no primeiro semestre de 2011 diminuiu 31% em relação ao período homólogo de 2010 para €174 milhões, o que se deveu sobretudo ao desempenho desfavorável do segmento de negócio de Refinação & Distribuição.

O desempenho operacional negativo do negócio de Refinação & Distribuição deveu-se principalmente à diminuição da margem de refinação em consequência da paragem técnica da refinaria de Sines no primeiro trimestre de 2011 e da evolução negativa das margens de refinação internacionais, bem como à diminuição dos volumes vendidos de produtos petrolíferos.

Apesar do aumento do preço do crude, o segmento de Exploração & Produção registou uma descida no EBIT RCA de 5% no primeiro semestre, face ao período homólogo, devido principalmente ao aumento de custos relativos a depreciações e amortizações.

O segmento de negócio de Gas & Power melhorou o seu desempenho na sequência do aumento dos resultados na actividade de infra-estruturas.

SEGUNDO TRIMESTRE

O EBIT RCA no segundo trimestre de 2011 foi de €121 milhões, uma descida de €37 milhões em relação ao período homólogo de 2010, na sequência duma deterioração dos resultados do segmento de negócio de Refinação & Distribuição.

O desempenho operacional negativo do negócio de Refinação & Distribuição no segundo trimestre de 2011 face ao período homólogo do ano anterior foi influenciado pela descida da margem de refinação, em linha com a evolução negativa das margens de refinação internacionais, bem como pela diminuição dos volumes vendidos de produtos petrolíferos.

Apesar do aumento dos custos com depreciações no segundo trimestre de 2011 face ao período homólogo de 2010, o segmento de Exploração & Produção apresentou um incremento de €8 milhões no EBIT RCA devido não só ao aumento do preço do crude, mas também ao aumento da produção de crude.

O segmento de negócio de Gas & Power manteve a sua contribuição para os resultados com um EBIT RCA de €48 milhões no segundo trimestre de 2011.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

OUTROS RESULTADOS

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
18	15	(2)	(13,2%)	Resultados de empresas associadas	34	36	2	4,4%
0	0	(0)	s.s.	Resultados de investimentos	0	0	(0)	s.s.
(30)	(35)	(5)	(17,3%)	Resultados financeiros	(53)	(64)	(11)	(20,5%)

PRIMEIRO SEMESTRE

Os resultados de empresas associadas no primeiro semestre de 2011 foram de €36 milhões, dos quais €23 milhões corresponderam à contribuição dos gasodutos internacionais EMPL, Gasoducto Al Andalus e Gasoduto Extremadura.

Os resultados financeiros diminuíram €11 milhões no primeiro semestre de 2011 na sequência do aumento dos custos financeiros que resultou sobretudo do aumento da dívida média.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011 os resultados de empresas associadas foram de €15 milhões, dos quais €11 milhões corresponderam à contribuição dos gasodutos internacionais. A consolidação integral da Enacol a partir do segundo trimestre de 2011 teve um efeito negativo nestes resultados.

Os resultados financeiros diminuíram €5 milhões no segundo trimestre face ao segundo trimestre de 2010 com o agravamento dos custos financeiros que resultou sobretudo do aumento da dívida média.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
58	38	(20)	(33,7%)	Imposto sobre o rendimento ¹	91	96	5	5,7%
26%	27%	1 p.p.	s.s.	Taxa efectiva de imposto	26%	25%	(1 p.p.)	s.s.
(23)	(12)	(11)	s.s.	Efeito stock	(36)	(75)	39	s.s.
34	26	(8)	(24,6%)	Imposto sobre o rendimento RC ¹	55	21	(34)	(62,1%)
1	(6)	(7)	s.s.	Eventos não recorrentes	3	-	(3)	s.s.
36	27	(8)	(23,2%)	Imposto sobre o rendimento RCA ¹	58	28	(30)	(51,0%)
24%	27%	3 p.p.	s.s.	Taxa efectiva de imposto	25%	20%	(5 p.p.)	s.s.

¹ Inclui IRP a pagar em Angola

PRIMEIRO SEMESTRE

O imposto sobre o rendimento RCA foi de €28 milhões, o que correspondeu a uma taxa efectiva de imposto de 20%. De salientar, que no primeiro semestre de 2011 o imposto referente a Angola foi de €8 milhões após uma reversão de excesso de estimativa de cerca de €10 milhões de IRP efectuada no primeiro trimestre de 2011, reduzindo o valor de imposto e a respectiva taxa efectiva no primeiro semestre de 2011.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011, o imposto sobre o rendimento RCA foi de €27 milhões, menos €8 milhões do que no período homólogo, em consequência dos menores resultados no período. O IRP do segundo trimestre foi de cerca de €10 milhões, em linha com o do trimestre homólogo de 2010. A taxa efectiva de imposto foi de 27%.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

3. SITUAÇÃO FINANCEIRA

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)

	Dezembro 31, 2010	Março 31 2011	Junho 30, 2011	Variação vs Dez 31, 2010	Variação vs Mar 31, 2011
Activo fixo	5.426	5.621	5.782	356	161
Stock estratégico	792	1.149	1.048	256	(101)
Outros activos (passivos)	(336)	(383)	(396)	(60)	(13)
Fundo de maneoio	(330)	(431)	(328)	2	103
	5.552	5.956	6.106	554	150
Dívida de curto prazo	616	930	1.073	457	143
Dívida de longo prazo	2.412	2.498	2.367	(45)	(131)
Dívida total	3.028	3.428	3.440	412	12
Caixa e equivalentes	188	349	216	28	(133)
Dívida líquida	2.840	3.080	3.224	384	145
Total do capital próprio	2.711	2.876	2.881	170	5
Capital empregue	5.552	5.956	6.106	554	150

O activo fixo a 30 de Junho de 2011 era de €5.782 milhões, mais €161 milhões do que no final de Março de 2011, na sequência do investimento realizado no trimestre, nomeadamente no projecto de conversão das refinarias. A diminuição de €101 milhões do *stock* estratégico face a Março de 2011 deveu-se sobretudo à diminuição da actividade comercial, principalmente

em Espanha. Em comparação com Março de 2011, o investimento em fundo de maneoio aumentou €103 milhões, resultado da diminuição do saldo de fornecedores de imobilizado que acompanhou o abrandamento do investimento no projecto de conversão.

DÍVIDA FINANCEIRA

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)

	Dezembro 31, 2010		Março 31, 2011		Junho 30, 2011		Variação vs Dez 31, 2010		Variação vs Mar 31, 2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Obrigações	-	1.000	-	1.000	280	720	280	(280)	280	(280)
Dívida bancária	456	1.162	930	1.248	583	1.397	127	235	(347)	149
Papel comercial	160	250	-	250	210	250	50	-	210	-
Caixa e equivalentes	(188)	-	(349)	-	(216)	-	(28)	-	133	-
Dívida líquida	2.840		3.080		3.224		384		145	
Vida média (anos)	3,10		2,59		2,55		(0,55)		(0,04)	
<i>Net debt to equity</i>	105%		107%		112%		7,1 p.p.		4,8 p.p.	

A dívida líquida a 30 de Junho de 2011 era de €3.224 milhões, ou seja, mais €145 milhões do que no final de Março de 2011. O rácio *net debt to equity* situava-se no final do período em 112%.

No final de Junho de 2011, a dívida de longo prazo representava 69% do total, contra 73% no final de Março de 2011. Do total da dívida financeira de médio e longo prazo, 33% estava contratada a taxa fixa.

O prazo médio da dívida financeira era de 2,6 anos no final de Junho de 2011 e o vencimento da dívida financeira de médio e longo prazo está concentrado em 2012 e 2013, com 60% do total.

O custo médio da dívida no primeiro semestre de 2011 foi de 4,1%, mais 60 pontos base do que no período homólogo de 2010, em linha com a tendência de subida das taxas de juro de referência.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

A 30 de Junho de 2011, a dívida líquida atribuível aos interesses minoritários era de €22 milhões.

A 30 de Junho de 2011, a Galp Energia detinha contratos negociados e não utilizados no montante de

mil milhões de euros, dos quais 40% são contratos negociados junto de bancos internacionais e 60% estão contratualmente garantidos.

4. CASH FLOW

Milhões de euros

Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2010	2011		2010	2011
233	162	EBIT	372	421
87	110	Custos <i>non cash</i>	158	208
(121)	65	Variação de <i>stock</i> operacional	(76)	34
(73)	101	Variação de <i>stock</i> estratégico	(117)	(256)
126	438	Sub-total	338	406
(22)	(30)	Juros pagos	(40)	(51)
(16)	(31)	Impostos	(19)	(58)
129	(168)	Variação de fundo de maneo excluindo <i>stock</i> operacional	(122)	(36)
217	210	Cash flow de actividades operacionais	156	261
(361)	(300)	Investimento líquido ¹	(604)	(595)
(93)	(86)	Dividendos pagos / recebidos	(92)	(86)
(25)	32	Outros	(16)	36
(262)	(145)	Total	(556)	(384)

¹ Investimento líquido inclui investimentos financeiros

PRIMEIRO SEMESTRE

O *cash flow* negativo de €384 milhões no primeiro semestre de 2011 representou uma melhoria de €172 milhões em relação ao período homólogo de 2010.

O investimento em *stock* estratégico, que se deveu fundamentalmente ao aumento do preço do crude e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais, teve um efeito negativo de €256 milhões no *cash flow* das actividades operacionais. O aumento dos impostos a pagar, nomeadamente do imposto sobre o rendimento, bem como o aumento dos juros pagos no período, também tiveram um efeito negativo no *cash flow* das actividades operacionais.

O investimento realizado durante o primeiro semestre de 2011, em linha com o investimento do período homólogo de 2010 e que se concentrou no projecto de conversão das refinarias, teve um efeito negativo no *cash flow* do período.

SEGUNDO TRIMESTRE

O *cash flow* do segundo trimestre de 2011 foi negativo em €145 milhões, uma melhoria em relação aos €262 milhões negativos do período homólogo de 2010.

A evolução do *cash flow* das actividades operacionais face ao segundo trimestre de 2010 beneficiou principalmente do desinvestimento em *stock* operacional e estratégico, devido à redução das quantidades em *stock*. Pelo contrário, o investimento de €168 milhões em fundo de maneo penalizou o *cash flow* das actividades operacionais.

O *cash flow* das actividades de investimento, canalizado principalmente para o projecto de conversão das refinarias, atingiu os €300 milhões, o que teve um efeito negativo na geração líquida de *cash flow*. O pagamento de dividendos, no montante de €116 milhões, em Junho teve um impacto negativo no *cash flow* do trimestre.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

5. INVESTIMENTO

Milhões de euros

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
69	81	12	18,1%	Exploração & Produção	146	151	5	3,3%
190	182	(8)	(4,2%)	Refinação & Distribuição	286	412	126	43,9%
28	12	(16)	(56,6%)	Gas & Power	44	24	(20)	(45,0%)
0	2	2	s.s.	Outros	2	2	0	9,9%
288	278	(10)	(3,5%)	Investimento	479	590	111	23,1%

PRIMEIRO SEMESTRE

O investimento no primeiro semestre de 2011 foi de €590 milhões, dos quais o segmento de negócio de Refinação & Distribuição representou cerca de 70%.

No segmento de negócio de Exploração & Produção, o investimento foi principalmente canalizado para o Brasil, sobretudo para campos *offshore*, com destaque para o bloco BM-S-11, que absorveu cerca de €80 milhões. Em Angola, o investimento de cerca de €29 milhões foi principalmente afecto a actividades de desenvolvimento no bloco 14.

No segmento de negócio de Refinação & Distribuição, o investimento no primeiro semestre do ano foi de €412 milhões, dos quais €360 milhões foram canalizados para o projecto de conversão das refinarias.

O investimento de €24 milhões no segmento de negócio de Gas & Power foi sobretudo relacionado com a rede de distribuição de gás natural.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011, o investimento foi de €278 milhões, que foram sobretudo canalizados para o segmento de negócio de Refinação & Distribuição.

No segmento de negócio de Exploração & Produção, o investimento de €81 milhões foi principalmente canalizado para o bloco BM-S-11, que absorveu cerca de €50 milhões. Em Angola, o investimento foi de cerca de €8 milhões.

No segmento de negócio de Refinação & Distribuição, o investimento no segundo trimestre do ano foi de €182 milhões, com a continuação do investimento no projecto de conversão, que absorveu €150 milhões.

O investimento de €12 milhões no segmento de negócio de Gas & Power teve como destino a expansão da rede de distribuição de gás natural.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

1. EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
1,8	2,0	0,2	10,4%	Produção <i>working interest</i> total (milhões bbl)	3,5	3,7	0,2	6,7%
1,0	1,3	0,3	26,3%	Produção <i>net entitlement</i> total (milhões bbl)	2,1	2,1	(0,0)	(0,8%)
10,9	13,8	2,9	26,3%	Produção média <i>net entitlement</i> (mbopd)	11,8	11,7	(0,1)	(0,8%)
9,5	10,1	0,6	6,0%	Angola	10,2	9,1	(1,0)	(10,2%)
1,4	3,7	2,3	164,0%	Brasil	1,6	2,6	0,9	58,3%
81,6	106,7	25,1	30,7%	Preço médio de venda ¹ (Usd/bbl)	76,1	100,3	24,3	31,9%
12,3	13,9	1,6	13,0%	Custo de produção ¹ (Usd/bbl)	12,5	16,1	3,5	28,2%
25,8	69,0	43,2	167,7%	Amortizações ¹ (Usd/bbl)	22,6	57,6	35,0	155,4%
0,9	1,0	0,0	5,0%	Vendas totais ² (milhões bbl)	0,9	1,9	1,0	100,1%
1.198	1.329	132	11,0%	Activo total líquido	1.198	1.329	132	11,0%
64	113	48	74,9%	Vendas e prestações de serviços ³	101	173	71,7	71,0%
44	75	30	68,6%	EBITDA RCA	93	122	29,6	31,9%
21	28	8	36,6%	EBIT RCA	54	51	(3)	(5,3%)

¹ Com base na produção *net entitlement* em Angola

² Considera as vendas efectivamente realizadas

³ Considera vendas e variação da produção

ACTIVIDADE

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2011, a produção *working interest* aumentou 7% face ao período homólogo de 2010, para 20,4 mbopd. Este aumento deveu-se essencialmente ao incremento da produção do campo Lula, no Brasil, mas também ao aumento da produção em Angola, essencialmente do CPT Tômbua-Lândana.

A produção *net entitlement* no primeiro semestre de 2011 foi de 11,7 mbopd, em linha com o período homólogo de 2010, devido ao aumento da produção proveniente do Brasil, que compensou a diminuição da produção em Angola. Com efeito, a produção *net entitlement* em Angola diminuiu 10%, para 9,1 mbopd devido, por um lado, à redução das taxas de produção na vertente do *cost oil*, associado aos mecanismos de recuperação de custos do PSA e, por outro, à correcção no primeiro trimestre de 2011 para ajustamento da estimativa excessiva de *cost oil* em anos anteriores. A produção do Brasil, de 2,6 mbopd, representou mais de 20% do total da produção *net entitlement*.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011, a produção *working interest* foi de 21,8 mbopd, um aumento de 10% face ao segundo trimestre de 2010. Este aumento resultou do aumento para 3,7 mbopd da produção do Brasil, na sequência do incremento de 2,3 mbopd face ao período homólogo de 2010. A produção do Brasil foi positivamente influenciada pelo início da produção do teste de longa duração (TLD) no Lula NE, no campo Lula, no início do mês de Abril, que contribuiu com uma produção média de 1,0 mbopd, e pela ligação do primeiro poço injector de gás ao FPSO Cidade de Angra dos Reis, o que permitiu aumentar a produção do poço produtor para 2,6 mbopd.

A produção *net entitlement* foi de 13,8 mbopd, um aumento de 26% face ao segundo trimestre de 2010 que foi influenciado pelo aumento da produção dos campos CPT Tômbua-Lândana e Kuito, em Angola, e do campo Lula, no bloco BM-S-11, no Brasil. A produção do Brasil representou 27% do total da produção *net entitlement* do período.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

RESULTADOS

PRIMEIRO SEMESTRE

O EBIT RCA do primeiro semestre de 2011 foi de €51 milhões, face aos €54 milhões do período homólogo de 2010, um decréscimo de 5% que se deveu a um acréscimo das amortizações, que o aumento de 32% do preço médio de venda do crude em Angola não conseguiu compensar.

Os custos de produção em Angola atingiram os €19 milhões, face aos €17 milhões registados no primeiro semestre de 2010, devido a trabalhos de manutenção nos poços dos campos BBLT e CPT Tômbua-Lândana em Angola, no primeiro trimestre de 2011. Numa base *net entitlement*, o custo unitário subiu para Usd 16,1/bbl face a Usd 12,5/bbl no primeiro semestre de 2010.

As amortizações em Angola aumentaram para €68 milhões face aos €31 milhões do primeiro semestre de 2010 devido ao aumento da taxa de amortização dos activos em Angola que resultou da revisão em baixa das reservas e também à actualização do preço de crude utilizado como referência para o cálculo das reservas *net entitlement*.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011, o EBIT RCA foi de €28 milhões, um aumento de 37% face ao período

homólogo de 2010. Esta variação explica-se pelo aumento de 26% na produção *net entitlement* e pelo aumento de 31% no preço médio de venda do crude em Angola, não obstante o efeito negativo nos resultados do aumento das amortizações no segundo trimestre de 2011.

Os custos de produção em Angola foram de €9 milhões no segundo trimestre de 2011, o que representou um aumento de 6% face ao trimestre homólogo de 2010 e se deveu ao início das operações de abandono no campo Kuito. Numa base *net entitlement*, o custo unitário no segundo trimestre de 2011 foi de 13,9 Usd/bbl, um aumento em relação aos 12,3 Usd/bbl do trimestre homólogo de 2010.

No segundo trimestre de 2011, as amortizações em Angola aumentaram €26 milhões em relação ao segundo trimestre de 2010, para €44 milhões, o que se deveu ao aumento da taxa de amortização dos activos em Angola. A actualização da taxa de amortização incluiu o efeito da revisão em baixa das reservas, bem como a actualização do preço de referência do crude para o cálculo das reservas. Adicionalmente, o aumento da taxa de amortização no segundo trimestre de 2011 deu origem a um ajuste às amortizações do primeiro semestre de 2011, o que se reflectiu no segundo trimestre. Em termos unitários, com base na produção *net entitlement*, este montante correspondeu a Usd 69/bbl, face aos Usd 25,8/bbl no período homólogo de 2010.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

2. REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
1,9	(1,0)	(2,9)	s.s.	Margem <i>cracking</i> de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	1,9	(0,7)	(2,7)	s.s.
				Margem <i>hydroskimming</i> + aromáticos + óleos base de Roterdão ¹ (Usd/bbl)				
0,6	(1,9)	(2,5)	s.s.		0,5	(1,2)	(1,6)	s.s.
3,4	0,6	(2,8)	(81,6%)	Margem de refinação Galp Energia (Usd/bbl)	3,0	0,8	(2,2)	(73,7%)
1,9	1,8	(0,0)	(0,5%)	Custo <i>cash</i> das refinarias (Usd/bbl)	2,0	2,3	0,3	13,5%
21.561	20.895	(665)	(3,1%)	Crude processado (k bbl)	43.764	34.467	(9.297)	(21,2%)
3,2	3,1	(0,2)	(4,8%)	Matérias-primas processadas (milhões ton)	6,4	5,1	(1,2)	(19,1%)
4,3	4,2	(0)	(2,0%)	Vendas de produtos refinados (milhões ton)	8,7	7,9	(0,8)	(9,4%)
2,7	2,6	(0,1)	(2,9%)	Vendas a clientes directos (milhões ton)	5,5	5,1	(0,4)	(7,7%)
1,5	1,5	(0,0)	(0,4%)	Empresas	3,1	2,9	(0,2)	(5,6%)
0,9	0,8	(0,1)	(9,1%)	Retalho	1,8	1,6	(0,2)	(9,6%)
0,1	0,1	(0,0)	(12,6%)	GPL	0,2	0,2	(0,0)	(10,4%)
0,2	0,2	0,0	10,9%	Outros	0,4	0,4	(0,1)	(14,2%)
0,7	0,8	0,1	8,9%	Exportações (milhões ton)	1,5	1,2	(0,3)	(21,5%)
1.542	1.525	(17)	(1,1%)	Número de estações de serviço	1.542	1.525	(17)	(1,1%)
588	614	26	4,4%	Número de lojas de conveniência	588	614	26	4,4%
5.490	6.995	1.505	27,4%	Activo total líquido	5.490	6.995	1.505	27,4%
3.201	3.898	697	21,8%	Vendas e prestações de serviços	6.099	7.147	1.048	17,2%
134	95	(39)	(29,0%)	EBITDA RCA	199	117	(83)	(41,4%)
82	44	(38)	(46,1%)	EBIT RCA	102	20	(81)	(80,1%)

¹ Fonte: Platt's. Para uma descrição completa da metodologia de cálculo de margens de Roterdão, vide "Definições"

ACTIVIDADE

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2011, o crude processado foi de 34 milhões de barris, menos 9 milhões de barris do que no período homólogo de 2010, uma diminuição que se deveu à paragem técnica de cerca de 40 dias na refinaria de Sines no primeiro trimestre de 2011. Assim, a taxa de utilização das refinarias foi de 58%, abaixo dos 78% do primeiro semestre de 2010.

No primeiro semestre de 2011, o crude representou 90% do total das matérias-primas processadas, face a 92% no mesmo período de 2010. Durante este período, os crudes leves e condensados representaram 48% do total, contra 39% no primeiro semestre de 2010. Os crudes médios e pesados tiveram um peso de 36% e 16%, respectivamente, face a 42% e 19% no período homólogo de 2010. O aumento do peso relativo dos crudes leves e condensados deveu-se à paragem técnica da refinaria de Sines no primeiro trimestre de 2011.

Esta paragem teve também impacto no perfil de produção, com o peso do gasóleo a atingir 35%, seguido das gasolinas com 21%. O fuelóleo e o *jet* representaram 19% e 7% do total de produção, respectivamente. Os consumos e quebras no período foram de 8%.

O volume de vendas a clientes directos diminuiu para 5,1 milhões de toneladas, 8% abaixo do período homólogo de 2010, devido sobretudo à contracção do mercado de produtos petrolíferos, tanto em Portugal como em Espanha. De salientar no entanto, que as vendas de produtos petrolíferos em África, no primeiro semestre, registaram uma evolução positiva de 9% para 327 mil toneladas.

De salientar que no segundo trimestre no negócio de produtos petrolíferos se verificou uma desaceleração na descida das vendas de produtos petrolíferos, sobretudo no mercado espanhol.

As exportações no primeiro semestre de 2011 foram de 1,2 milhões de toneladas, menos 0,3 milhões toneladas do que no primeiro semestre de 2010, com

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

o fuelóleo e a gasolina a terem o maior peso nos produtos exportados, 42% e 22%, respectivamente. A descida no volume das exportações reflectiu a paragem técnica da refinaria de Sines no primeiro trimestre de 2011.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011, foram processados 21 milhões de barris de crude, tendo a taxa de utilização atingido 70%, contra 76% no segundo trimestre de 2010, na sequência dos esforços de optimização da capacidade utilizada face aos níveis das margens de refinação nos mercados internacionais durante o período.

O crude representou 91% do total das matérias-primas processadas no segundo trimestre de 2011, com os crudes leves e condensados, os médios e os pesados a representarem 47%, 33% e 20% do total, respectivamente.

O gasóleo teve um peso de 35% no perfil de produção, seguido da gasolina com 22% e do fuelóleo e do *jet* com 20% e 6%. Os consumos e quebras no período foram de 7%.

No segundo trimestre, o volume de vendas a clientes directos foi de 2,6 milhões de toneladas, 3% abaixo do período homólogo, na sequência da contracção do mercado de produtos petrolíferos na Península Ibérica. Do volume de vendas a clientes directos na Península Ibérica, 43% foi realizado no mercado espanhol. Por outro lado, as vendas em África registaram um aumento de 14% para 169 mil toneladas, confirmando a evolução positiva deste negócio naquele continente.

As exportações no segundo trimestre de 2011 foram de 0,8 milhões de toneladas, mais 9% do que no período homólogo de 2010, com o fuelóleo e a gasolina a representarem 37% e 33% do total das exportações, respectivamente.

RESULTADOS

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2011, o EBIT RCA foi de €20 milhões, o que ficou abaixo dos €102 milhões do período homólogo de 2010. Esta evolução foi consequência do menor volume de crude processado, em resultado da paragem técnica da refinaria de Sines que ocorreu no primeiro trimestre do ano, da diminuição da margem de refinação e da contracção do mercado de produtos petrolíferos na Península Ibérica.

A margem de refinação da Galp Energia no período foi de Usd 0,8/bbl, face aos Usd 3,0/bbl no período homólogo de 2010, seguindo a evolução das margens de refinação nos mercados internacionais. O prémio da margem de refinação da Galp Energia face à margem de refinação *benchmark* teve uma evolução positiva, na sequência do aumento da diferença entre o preço dos crudes leves e o dos pesados.

No primeiro semestre de 2011, os custos *cash* operacionais das refinarias foram de €57 milhões, o que equivaleu a um custo unitário de Usd 2,3/bbl, acima dos Usd 2,0/bbl no período homólogo de 2010. Esta evolução deveu-se à menor diluição de custos fixos que resultou do menor volume de crude processado na sequência da paragem técnica da refinaria de Sines no primeiro trimestre de 2011.

O contexto económico adverso que afectou negativamente o mercado de produtos petrolíferos na Península Ibérica reflectiu-se nos volumes vendidos, o que implicou uma menor contribuição para os resultados do primeiro semestre de 2011, face ao período homólogo.

A consolidação integral da empresa Enacol, anteriormente consolidada por equivalência patrimonial, a partir do segundo trimestre de 2011 teve um efeito positivo de cerca de €6 milhões no EBIT RCA do primeiro semestre de 2011.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011, o EBIT RCA foi de €44 milhões, abaixo dos €82 milhões do segundo trimestre de 2010.

A evolução negativa do EBIT RCA decorreu principalmente da diminuição da margem de refinação, que seguiu a tendência negativa das margens de refinação nos mercados internacionais, bem como da evolução negativa do mercado de produtos petrolíferos na Península Ibérica.

Neste período, a margem de refinação da Galp Energia foi de Usd 0,6/bbl, abaixo dos Usd 3,4/bbl no período homólogo de 2010, em linha com a evolução das margens de refinação nos mercados internacionais.

Os custos *cash* operacionais das refinarias foram de €27 milhões, o que equivaleu a um custo unitário de Usd 1,8/bbl, em linha com o período homólogo.

No segundo trimestre de 2011, a contribuição para os resultados do negócio de distribuição de produtos petrolíferos manteve-se relativamente estável face ao período homólogo.

De salientar que a consolidação integral da empresa Enacol, a partir do segundo trimestre de 2011, teve um impacto de cerca de €6 milhões no EBIT RCA do segundo trimestre de 2011.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

3. GAS & POWER

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2010	2011	Var.	% Var.		2010	2011	Var.	% Var.
1.105	1.187	82	7,4%	Vendas totais de gás natural (milhões m ³)	2.284	2.792	508	22,3%
506	487	(19)	(3,7%)	Eléctrico	862	989	127	14,8%
448	532	84	18,7%	Industrial	977	1.015	38	3,9%
93	103	10	10,8%	Residencial e Comercial	217	387	170	78,0%
26	46	20	75,3%	Trading	140	335	196	140,2%
31	18	(13)	(41,3%)	Outras comercializadoras	88	65	(22)	(25,5%)
1.337	1.319	(18)	(1,3%)	Clientes de gás natural ¹ (milhares)	1.337	1.319	(18)	(1,3%)
311	323	12	3,8%	Vendas de electricidade à rede ² (GWh)	608	547	(61)	(10,0%)
1.041	1.050	9	0,8%	Activo fixo líquido de gás natural ³	1.041	1.050	9	0,8%
2.106	2.118	12	0,6%	Activo total líquido	2.106	2.118	12	0,6%
370	493	123	33,1%	Vendas e prestações de serviços	767	1.110	343	44,8%
94	59	(35)	(36,9%)	EBITDA RCA	155	120	(35)	(22,5%)
50	48	(3)	(5,9%)	EBIT RCA	93	99	7	7,2%
31	9	(22)	(71,5%)	Comercialização ⁴	43	24	(19)	(44,1%)
15	31	15	100,7%	Infra-estruturas	41	63	22	54,4%
4	8	4	86,9%	Power	9	12	4	42,1%

¹ Inclui empresas que não consolidam, mas nas quais a Galp Energia detém uma participação significativa

² Inclui a empresa Energin que não consolida, mas na qual Galp Energia detém uma participação de 35%. A esta empresa corresponde no primeiro semestre e segundo trimestre de 2011 vendas de electricidade à rede de 133 GWh e 84 GWh, respectivamente

³ Exclui investimentos financeiros. Activo fixo líquido numa base consolidada

⁴ Inclui comercialização livre e regulada

ACTIVIDADE

PRIMEIRO SEMESTRE

As vendas de gás natural no primeiro semestre de 2011 foram de 2.792 milhões de metros cúbicos, um aumento de 22% face ao mesmo período de 2010.

Os volumes vendidos no sector eléctrico aumentaram 15% para 989 milhões devido ao tempo menos chuvoso e com menos vento que caracterizou o primeiro semestre de 2011 face ao período homólogo do ano anterior.

No segmento industrial, os volumes de gás natural aumentaram 4% face ao período homólogo de 2010, para 1.015 milhões de metros cúbicos, tendo o aumento das vendas no mercado espanhol compensado a redução das vendas no mercado industrial português, que foi influenciado por um menor consumo da cogeração da refinaria de Sines, dada a paragem técnica da refinaria durante o primeiro trimestre deste ano.

O segmento residencial e comercial representou um volume de 387 milhões de metros cúbicos, um aumento de 78% face ao período homólogo de 2010, devido fundamentalmente à incorporação das actividades de comercialização de gás natural na região de Madrid.

As vendas de gás natural na actividade de *trading* aumentaram 196 milhões de metros cúbicos face ao período homólogo de 2010, devido à existência de oportunidades de venda de gás natural no mercado internacional.

As vendas de electricidade à rede no primeiro semestre de 2011 foram de 547 GWh, um decréscimo de 61 GWh face ao período homólogo de 2010, fruto das paragens programadas na cogeração de Sines e na Energin.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011, as vendas de gás natural foram de 1.187 milhões de metros cúbicos, mais 7% do que no período homólogo de 2010.

Os volumes vendidos no sector eléctrico diminuíram 4% para 487 milhões de metros cúbicos, influenciados pela menor produção de electricidade em Portugal.

No segmento industrial, os volumes de gás natural aumentaram 19% face ao período homólogo para 532 milhões de metros cúbicos. Este aumento explica-se pelo aumento dos consumos das unidades operadas pela Galp Energia, pelo aumento das vendas no mercado espanhol e pela angariação de novos clientes.

O segmento residencial e comercial representou um volume de 103 milhões de metros cúbicos, com as actividades de comercialização de gás natural na região de Madrid, a representarem vendas de 36 milhões de metros cúbicos.

As vendas de electricidade à rede no segundo trimestre de 2011 foram de 323 GWh, um aumento de 12 GWh face ao segundo trimestre de 2010.

RESULTADOS

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre de 2011, o EBIT RCA foi de €99 milhões, um aumento de 7% face ao primeiro semestre de 2010. O aumento dos resultados nas actividades de infra-estruturas e power mais do que compensou a redução de resultados na actividade de comercialização.

No negócio de comercialização, o EBIT RCA diminuiu €19 milhões, para os €24 milhões, o que se deveu sobretudo à redução das margens de comercialização, fruto do aumento do preço de aquisição de gás natural.

O negócio de infra-estruturas gerou um EBIT RCA de €63 milhões, mais 54% do que no período homólogo

de 2010. Para este aumento contribuíram essencialmente a extinção do efeito de alisamento dos proveitos permitidos a partir de Julho de 2010 e a recuperação de parte do diferencial entre os dois métodos para os anos gás 2008/2009 e 2009/2010, contabilizada no final do primeiro semestre de 2011.

O EBIT RCA do negócio do Power foi de €12 milhões, 42% acima do primeiro semestre de 2010, o qual foi positivamente afectado pelo aumento da tarifa regulada de venda de electricidade à rede e da tarifa de venda de vapor à cogeração de Sines.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011, o EBIT RCA foi de €48 milhões, uma redução de cerca de 6% em relação ao segundo trimestre de 2010.

O EBIT RCA do negócio de comercialização de gás natural diminuiu €22 milhões no segundo trimestre em relação ao período homólogo do ano anterior para os €9 milhões, devido sobretudo à redução das margens de comercialização de gás natural na sequência do aumento do preço de aquisição de gás natural.

O negócio de infra-estruturas obteve um EBIT RCA de €31 milhões, mais 101% do que no período homólogo do ano anterior. Para este aumento contribuiu a extinção do efeito de alisamento dos proveitos permitidos a partir de Julho de 2010 e a recuperação de parte do diferencial entre os dois métodos para os anos gás 2008/2009 e 2009/2010, contabilizada no final do segundo trimestre de 2011.

O EBIT RCA do negócio do Power foi de €8 milhões, mais €4 milhões do que no período homólogo de 2010, e foi positivamente afectado pelo aumento da tarifa regulada de venda de electricidade à rede e da tarifa de venda de vapor à cogeração de Sines.

PREVISÕES DE CURTO PRAZO

Este novo capítulo do relatório trimestral de resultados tem como objectivo divulgar a visão da Galp Energia sobre algumas variáveis chave que influenciam a sua *performance* operacional no curto-prazo. No entanto, nem todas estas variáveis estão directamente ligadas à *performance* interna da Galp Energia, sendo que algumas estão dependentes de factores exógenos.

ENVOLVENTE DE MERCADO

Para o terceiro trimestre de 2011, a Galp Energia estima que o preço do *dated Brent* diminua face aos valores observados no segundo trimestre do ano, ainda que se mantenha num patamar superior aos Usd 100/bbl. Os principais *drivers* desta evolução serão: o crescimento da procura de crude nos países fora da OCDE, nomeadamente a China e a Índia, mas a taxas mais moderadas das que têm sido observadas, e o aumento sazonal da procura de crude a ser compensado por uma oferta equilibrada por parte da OPEC.

As margens *benchmark* de Rotorão deverão continuar sobre pressão e em terreno negativo durante o terceiro trimestre de 2011, com uma diminuição dos *cracks* da gasolina e do fuelóleo e alguma recuperação dos *cracks* dos destilados médios.

Os *cracks* da gasolina deverão ser influenciados por uma menor procura dos EUA, com o final da *driving season*, e pelo nível favorável que os *stocks* deste produto apresentam actualmente.

O *crack* do fuelóleo deverá manter-se pressionado por um lado, pela reduzida procura por parte das refinarias dos EUA para utilização como matéria-prima, enquanto tiverem acesso a crude a preços mais baixos, e por outro, pela pouca atractividade do mercado asiático enquanto as exportações da Rússia se mantiverem a níveis levados.

Espera-se que os *cracks* dos destilados médios beneficiem do normal aumento da procura destes produtos no terceiro e quarto trimestres do ano, caso a situação económica nos EUA e na Europa não se venha a agravar.

ACTIVIDADE OPERACIONAL

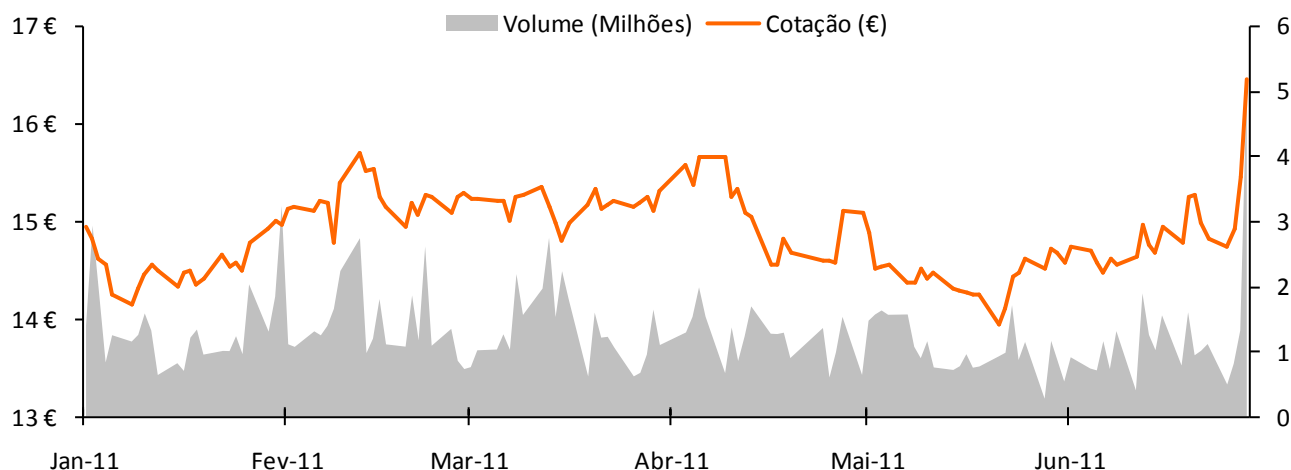
No segmento de negócio de Exploração & Produção, a produção *working interest* de crude poderá atingir cerca de 19 mbopd, no terceiro trimestre de 2011, um valor inferior à produção realizada no segundo trimestre do ano. A redução da produção em Angola, em resultado do declínio natural dos campos, será parcialmente compensada pelo aumento da produção no Brasil, com a ligação do segundo poço produtor ao FPSO Cidade de Angra dos Reis, prevista para Agosto.

No segmento de negócio de Refinação & Distribuição, prevê-se que o crude processado no terceiro trimestre de 2011 se mantenha em linha com o observado no segundo trimestre do ano. Já as vendas de produtos petrolíferos a clientes directos, influenciadas pelo aumento da procura nos meses de verão, deverão apresentar uma recuperação relativamente ao segundo trimestre do ano, mas ainda abaixo das vendas do terceiro trimestre de 2010.

No segmento de negócio de Gas & Power, estima-se que as vendas de gás natural no terceiro trimestre de 2011 sofram o efeito da sazonalidade, típico para este período do ano e com maior incidência nos segmentos residencial e industrial, apresentando valores inferiores aos do segundo trimestre, enquanto que os volumes no segmento eléctrico deverão manter estáveis face ao segundo trimestre de 2011. A actividade de infra-estruturas deverá apresentar uma *performance* constante face ao terceiro trimestre de 2010.

ACÇÃO GALP ENERGIA

EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DA ACÇÃO GALP ENERGIA



Fonte: Euroinvestor

PRIMEIRO SEMESTRE

Durante o primeiro semestre de 2011, a acção da Galp Energia valorizou-se 15%, com a cotação a fechar nos €16,45 no final daquele período. Desde a oferta pública inicial a 23 de Outubro de 2006 até 30 de Junho de 2011, a acção da Galp Energia teve um desempenho positivo, valorizando-se cerca de 183%. A cotação máxima da Galp Energia no período foi de €16,97, enquanto a mínima foi de €13,92. Durante o primeiro semestre de 2011, foram transaccionados cerca de 161 milhões de acções, equivalente a uma média diária de 1,3 milhões de acções.

A 30 de Junho de 2011, a Galp Energia tinha uma capitalização bolsista de €13.641 milhões.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2011, a acção da Galp Energia valorizou-se 9% face ao fecho do primeiro trimestre de 2011 e o volume transaccionado foi de 72 milhões de acções, equivalente a uma média diária de 1,2 milhões de acções.

Detalhe da acção			
ISIN	PTGALOAM0009		
Reuters	GALP.LS		
Bloomberg	GALP PL		
Número de acções	829.250.635		
Principais indicadores			
	2010	2T 2011	2011
Min (€)	10,37	13,92	13,92
Max (€)	14,86	16,97	16,97
Média (€)	12,70	14,79	14,88
Cotação de fecho (€)	14,34	16,45	16,45
Volume (M acções)	428,0	71,9	161,0
Volume médio por dia (M acções)	1,6	1,2	1,3
Capitalização bolsista (M€)	11.891	13.641	13.641

EVENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011

CORPORATE

CAPITAL MARKETS DAY

No dia 14 de Março, a Galp Energia apresentou, no âmbito do seu *Capital Markets Day*, no Rio de Janeiro, Brasil, a estratégia da Empresa e a informação relativa ao plano de negócios 2011-2015, sendo de destacar a seguinte informação:

- O investimento planeado para o ano de 2011 situa-se entre os €1,2 mil milhões e os €1,5 mil milhões; já para o período de 2012-2015, o investimento deverá situar-se nos €3,5 mil milhões;
- O investimento em 2011 será principalmente destinado à conclusão do projecto de conversão das refinarias de Sines e Matosinhos, e ao desenvolvimento dos campos Lula e Cernambi, no pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, e do Bloco 14 em Angola;
- As actividades de *upstream* vão ganhar maior relevância no futuro da Galp Energia, representando cerca de 70% do total de investimento a realizar entre os anos de 2012 e 2015;
- No âmbito do crescimento nas actividades de *upstream*, a Galp Energia anunciou um novo objectivo de produção *working interest* de aproximadamente 200 mil barris de petróleo equivalente por dia em 2020, uma produção cerca de dez vezes superior àquela registada no ano de 2010, quando a produção *working interest* foi de 19,5 mil barris de petróleo por dia. A Galp Energia estabelece ainda uma nova ambição: atingir uma produção, numa base *working interest*, de 300 mil barris de petróleo equivalente por dia antes de 2025;
- Impulsionado pelo desenvolvimento dos campos Lula e Cernambi, na bacia de Santos, no Brasil, e

pelo impacto positivo do projecto de conversão nas refinarias de Sines e Matosinhos, o EBITDA da Empresa deverá atingir uma taxa de crescimento média anual, tendo por base o ano de 2010, de cerca de 15% até 2015;

- Visando o fortalecimento da sua estrutura de capitais, a Galp Energia informa que iniciou um processo de aumento de capital na sua subsidiária no Brasil, a qual detém os activos de Exploração & Produção da Empresa naquele país, que se espera concluir no segundo semestre de 2011;
- A execução da referida operação visa um encaixe financeiro de cerca de €2 mil milhões, o que permitirá à Galp Energia atingir um nível de *net debt to equity* inferior a 50%.

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACCIONISTAS

No dia 28 de Março, a Galp Energia comunicou as deliberações da assembleia-geral extraordinária de accionistas, como se segue:

1. Foi aprovada a proposta de ratificação da cooptação do Senhor Luca Bertelli para o cargo de membro do Conselho de Administração da Galp Energia SGPS, S.A. efectuada na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 15 de Dezembro de 2010.
2. Não foi aprovada a proposta de alteração de estatutos.

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS

A Galp Energia informou no dia 30 de Maio que as propostas constantes dos pontos da ordem de trabalhos da Assembleia Geral Anual de Accionistas que reuniu nesse mesmo dia tinham sido aprovadas como se segue:

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

1. O relatório de gestão consolidado e contas individuais e consolidadas do exercício de 2010, bem como demais documentos de prestação de contas;

3. O Relatório de Governo da Sociedade;

2. A proposta de aplicação de resultados da seguinte forma:

- Distribuição de dividendos (0,20€/acção): €165.850 milhares
- Resultados transitados: €189.297 milhares
- Total: €355.147 milhares

3. O Relatório de Governo da Sociedade de 2010;

4. Um voto de louvor e apreço ao conselho de administração e aos órgãos de fiscalização, nomeadamente o conselho fiscal e o revisor oficial de contas, bem como em cada um dos respectivos membros;

5. Declaração sobre a política de remunerações dos órgãos sociais e quadros dirigentes;

6A. A eleição da mesa da assembleia geral para o triénio 2011-2013;

6B. A eleição da comissão de remunerações para o triénio 2011-2013;

6C. A eleição do conselho fiscal para o triénio 2011-2013;

6D. A eleição do Revisor Oficial de Contas para o mandato 2011-2013;

6E. número de administradores que comporão o conselho de administração para o triénio 2011-2013 que se fixa em 21.

PAGAMENTO DE DIVIDENDO

A Galp Energia anunciou no dia 31 de Maio o pagamento do dividendo final relativo ao exercício de

2010 no valor de €0,14 por acção com pagamento a partir do dia 28 de Junho de 2011.

AUDITOR EXTERNO

A Galp Energia anunciou no dia 9 de Junho a selecção da PricewaterhouseCoopers & Associados como auditor externo da Galp Energia para o triénio 2011-2013.

EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

ALUGUER DE UMA NOVA FPSO PARA O BLOCO BM-S-11

No dia 7 de Janeiro, a Galp Energia anunciou que o consórcio do bloco BM-S-11, decidiu alugar uma nova unidade de produção, armazenagem e expedição (FPSO). Esta nova unidade integra a primeira fase de desenvolvimento do pólo pré-sal da bacia de Santos, sendo destinada para a área Sul do campo do Cernambi (anterior Iracema). A nova unidade terá uma capacidade de produção de 150.000 barris de petróleo por dia e de 6 a 8 milhões de metros cúbicos de compressão de gás, sendo que a entrada em produção está prevista para 2014.

PRÉMIOS CONCEDIDOS

No mês de Março, no âmbito do inquérito de 2011 do Institutional Investor no que se refere ao “European Investor Relations Perception Study”, que avalia o desempenho das empresas na sua relação com o mercado de capitais, distinguindo as melhores práticas e profissionais nesta área, a Galp Energia obteve, ao nível do sector de Oil & Gas / Exploração & Produção europeu, o segundo lugar. O presidente executivo, Manuel Ferreira De Oliveira, foi considerado o melhor CEO no sector de Oil & Gas / Exploração & Produção ao nível da Europa Continental. Tiago Villas-Boas foi considerado o melhor Investor Relations Officer no sector de Oil & Gas / Exploração & Produção ao nível europeu.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

COLABORADORES

	Dezembro 31, 2010	Março 31, 2011	Junho 30, 2011	Varição vs Dez 31, 2010	Varição vs Mar 31, 2011
Exploração & Produção	82	85	87	5	2
Refinação & Distribuição	6.156	6.073	6.175	19	102
Gas & Power	463	505	506	43	1
Outros	610	607	610	-	3
Total de empregados	7.311	7.270	7.378	67	108
Empregados das estações de serviço	3.462	3.405	3.513	51	108
Total de empregados off site	3.849	3.865	3.865	16	-

RECONCILIAÇÃO ENTRE VALORES IFRS E VALORES REPLACEMENT COST AJUSTADOS

1. EBIT REPLACEMENT COST AJUSTADO POR SEGMENTO

Milhões de euros

Segundo trimestre					2011	Primeiro semestre				
EBIT	Efeito stock	EBIT RC	Eventos não recorrentes	EBIT RCA		EBIT	Efeito stock	EBIT RC	Eventos não recorrentes	EBIT RCA
162	(45)	117	4	121	EBIT	421	(266)	155	19	174
23	-	23	5	28	E&P	27	-	27	23	51
87	(40)	46	(2)	44	R&D	284	(261)	23	(3)	20
52	(4)	47	0	48	G&P	106	(5)	101	(1)	99
1	-	1	-	1	Outros	4	-	4	-	4

Milhões de euros

Segundo trimestre					2010	Primeiro semestre				
EBIT	Efeito stock	EBIT RC	Eventos não recorrentes	EBIT RCA		EBIT	Efeito stock	EBIT RC	Eventos não recorrentes	EBIT RCA
233	(83)	150	8	158	EBIT	372	(133)	240	14	253
12	-	12	8	21	E&P	46	-	46	8	54
170	(79)	91	(9)	82	R&D	229	(124)	104	(3)	102
49	(4)	45	5	50	G&P	95	(8)	87	5	93
1	(0)	1	3	5	Outros	2	-	2	3	6

2. EBITDA REPLACEMENT COST AJUSTADO POR SEGMENTO

Milhões de euros

Segundo trimestre					2011	Primeiro semestre				
EBITDA	Efeito stock	EBITDA RC	Eventos não recorrentes	EBITDA RCA		EBITDA	Efeito stock	EBITDA RC	Eventos não recorrentes	EBITDA RCA
277	(45)	232	(2)	230	EBITDA	632	(266)	366	(1)	365
75	-	75	0	75	E&P	122	-	122	0	122
137	(40)	97	(2)	95	R&D	380	(261)	119	(3)	117
63	(4)	59	0	59	G&P	124	(5)	119	1	120
2	-	2	-	2	Outros	5	-	5	-	5

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Milhões de euros

Segundo trimestre					2010	Primeiro semestre				
EBITDA	Efeito stock	EBITDA RC	Eventos não recorrentes	EBITDA RCA		EBITDA	Efeito stock	EBITDA RC	Eventos não recorrentes	EBITDA RCA
368	(83)	285	(8)	277	EBITDA	589	(133)	457	(3)	454
44	-	44	0	44	E&P	93	-	93	(0)	93
222	(79)	143	(9)	134	R&D	327	(124)	203	(3)	199
97	(4)	92	1	94	G&P	162	(8)	154	1	155
5	(0)	5	-	5	Outros	7	-	7	-	7

3. EVENTOS NÃO RECORRENTES

EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

Milhões de Euros

Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2010	2011		2010	2011
		Exclusão de eventos não recorrentes		
-	(0,0)	Ganhos/ perdas na alienação activos	(0,0)	(0,0)
0,1	0,2	Write-off activos	(0,3)	0,2
8,0	5,2	Imparidade de activos	8,3	23,2
8,1	5,4	Eventos não recorrentes do EBIT	8,0	23,4
8,1	5,4	Eventos não recorrentes antes de impostos	8,0	23,4
(2,8)	(1,9)	Impostos sobre eventos não recorrentes	(2,7)	(8,0)
5,4	3,6	Total de eventos não recorrentes	5,3	15,5

REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

Milhões de Euros

Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2010	2011		2010	2011
		Exclusão de eventos não recorrentes		
(1,6)	(3,7)	Acidentes resultantes de fenómenos naturais	(1,6)	(5,8)
(0,0)	(0,3)	Ganhos / perdas na alienação de activos	(0,1)	(0,3)
0,0	0,2	Write-off activos	0,0	0,3
1,3	1,8	Rescisão contratos pessoal	7,3	3,3
0,0	-	Acidentes - incêndio refinaria de Sines	0,0	-
0,4	0,5	Provisão para meio ambiente e outras	0,3	0,4
(0,1)	(0,4)	Imparidade de activos	-	(0,6)
(8,9)	-	Margem na venda de licenças de emissão de dióxido carbono	(8,9)	-
(8,9)	(1,8)	Eventos não recorrentes do EBIT	(2,9)	(2,8)
-	0,0	Mais/menos valias na alienação de participações financeiras	-	0,0
(8,9)	(1,8)	Eventos não recorrentes antes de impostos	(2,9)	(2,8)
2,5	0,5	Impostos sobre eventos não recorrentes	0,8	0,8
(6,4)	(1,3)	Total de eventos não recorrentes	(2,1)	(2,0)

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

GAS & POWER

Milhões de Euros

Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2010	2011		2010	2011
		Exclusão de eventos não recorrentes		
0,0	-	Ganhos / perdas na alienação de activos	0,0	(0,0)
-	0,1	Write-off activos	-	1,2
1,9	-	Rescisão contratos pessoal	1,9	-
4,5	0,0	Provisão para meio ambiente e outras	4,5	(2,6)
(0,9)	-	Margem na venda de licenças de emissão de dióxido carbono	(0,9)	-
5,5	0,1	Eventos não recorrentes do EBIT	5,5	(1,4)
(0,0)	-	Mais / menos valias na alienação de participações financeiras	(0,0)	-
5,4	0,1	Eventos não recorrentes antes de impostos	5,4	(1,4)
(1,0)	(0,0)	Imposto sobre eventos não recorrentes	(1,0)	(0,3)
4,5	0,1	Total de eventos não recorrentes	4,5	(1,7)

OUTROS

Milhões de Euros

Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2010	2011		2010	2011
		Exclusão de eventos não recorrentes		
3,2	-	Provisão para meio ambiente e outras	3,2	-
3,2	-	Eventos não recorrentes do EBIT	3,2	-
3,2	-	Eventos não recorrentes antes de impostos	3,2	-
3,2	-	Total de eventos não recorrentes	3,2	-

RESUMO CONSOLIDADO

Milhões de Euros

Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2010	2011		2010	2011
		Exclusão de eventos não recorrentes		
(1,6)	(3,7)	Acidentes resultantes de fenómenos naturais	(1,6)	(5,8)
0,0	(0,3)	Ganhos/perdas na alienação de activos	(0,1)	(0,4)
0,1	0,5	Write-off activos	(0,3)	1,7
(9,8)	-	Margem na venda de licenças de emissão de dióxido carbono	(9,8)	-
3,2	1,8	Rescisão contratos pessoal	9,1	3,3
0,0	-	Acidentes - incêndio refinaria de Sines	0,0	-
8,1	0,5	Provisão para meio ambiente e outras	8,0	(2,2)
7,9	4,9	Imparidade de activos	8,3	22,7
7,9	3,7	Eventos não recorrentes do EBIT	13,7	19,3
(0,0)	0,0	Mais/menos valias na alienação de participações financeiras	(0,0)	0,0
7,9	3,7	Eventos não recorrentes antes de impostos	13,7	19,3
(1,2)	(1,4)	Impostos sobre eventos não recorrentes	(2,9)	(7,6)
6,7	2,3	Total de eventos não recorrentes	10,8	11,7

1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Segundo trimestre		Primeiro semestre
-------------------	--	-------------------

Segundo trimestre		Primeiro semestre	
2010	2011	2010	2011
		Proveitos operacionais	
3.511	4.260	Vendas	6.734
70	96	Serviços prestados	136
88	48	Outros rendimentos operacionais	125
3.668	4.404	Total de proveitos operacionais	6.994
		Custos operacionais	
(3.007)	(3.816)	Inventários consumidos e vendidos	(5.818)
(194)	(214)	Materiais e serviços consumidos	(370)
(79)	(73)	Gastos com o pessoal	(174)
(87)	(110)	Gastos com amortizações e depreciações	(158)
(48)	(5)	Provisões e imparidade de contas a receber	(59)
(20)	(25)	Outros gastos operacionais	(43)
(3.435)	(4.242)	Total de custos operacionais	(6.622)
233	162	EBIT	372
18	15	Resultados de empresas associadas	34
0	0	Resultados de investimentos	0
		Resultados financeiros	
7	4	Rendimentos financeiros	12
(29)	(35)	Gastos financeiros	(52)
(9)	(6)	Ganhos (perdas) cambiais	(15)
2	1	Rendimentos de instrumentos financeiros	2
(0)	(0)	Outros ganhos e perdas	(1)
221	142	Resultados antes de impostos	353
(58)	(38)	Imposto sobre o rendimento	(91)
163	104	Resultado antes de interesses minoritários	262
(1)	(4)	Resultado afecto aos interesses minoritários	(2)
162	100	Resultado líquido	260
0,20	0,12	Resultado por acção (valor em Euros)	0,31

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246º nº1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp Energia) declara que:

Tanto quanto é do seu conhecimento a informação prevista na alínea a) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que ocorreram no período a que se refere e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 28 de Julho de 2011

O Conselho de Administração

Presidente

Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Manuel Domingos Vicente

Fernando Manuel dos Santos Gomes

José António Marques Gonçalves

André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Carlos Nuno Gomes da Silva

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Luca Bertelli

Claudio De Marco

Paolo Grossi

Fabrizio Dassogno

Giuseppe Ricci

Luigi Spelli

Joaquim José Borges Gouveia

Maria Rita Galli

ANEXOS

1. ORGÃOS SOCIAIS

A composição actual dos Órgãos Sociais da Galp Energia, SGPS, S.A., é a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Manuel Domingos Vicente

Fernando Manuel dos Santos Gomes

José António Marques Gonçalves

André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Carlos Nuno Gomes da Silva

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Luca Bertelli

Claudio De Marco

Paolo Grossi

Fabrizio Dassogno

Giuseppe Ricci

Luigi Spelli

Joaquim José Borges Gouveia

Maria Rita Galli

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Claudio De Marco

Fernando Manuel dos Santos Gomes

André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Carlos Nuno Gomes da Silva

Fabrizio Dassogno

CONSELHO FISCAL¹

Presidente:

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais:

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Manuel Nunes Agria

Suplente:

Amável Alberto Freixo Calhau

REVISOR OFICIAL DE CONTAS¹

Efectivo:

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC, inscrita n.º OROC com o n.º44 e na CMVM com o n.º 1054, representada por Pedro João Reis de Matos Silva, ROC n.º 491.

Suplente:

António Campos Pires Caiado, ROC n.º588

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL¹

Presidente:

Daniel Proença de Carvalho

Vice-presidente:

Victor Manuel Pereira Dias

Secretário:

Pedro Antunes de Almeida

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efectivo:

Rui Maria Diniz Mayer

Suplente:

Maria Helena Claro Goldschmidt

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES¹

Presidente:

Caixa Geral de Depósitos

Vogais:

Amorim Energia, B.V.

Eni S.p.A

¹ Eleitos em assembleia geral, realizada no dia 30 de Maio de 2011, para o mandato 2011-2013.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

2. DECLARAÇÕES E MENÇÕES OBRIGATÓRIAS

ACCIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS DIRECTAS E INDIRECTAS A 30 DE JUNHO DE 2011

(Artigo 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários)

Accionistas	Nº de acções	% Capital	% Voto
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%	33,34%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%	1,00%
Eni, S.p.A.	276.472.161	33,34%	33,34%
Parública - Participações Públicas, (SGPS), S.A.	58.079.514	7,00%	7,00%
Restantes accionistas	209.934.289	25,32%	25,32%
Total	829.250.635	100,00%	-

ACÇÕES PRÓPRIAS

Artigos 66.º alínea d) e 325.º-A n.º1 do Código das Sociedades Comerciais

Durante o primeiro semestre de 2011 a Galp Energia não adquiriu nem alienou acções próprias.

A 30 de Junho de 2011, a Galp Energia não era detentora de acções próprias.

POSIÇÃO ACCIONISTA A 30 DE JUNHO DE 2011 DOS ACTUAIS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE NA GALP ENERGIA, SGPS, S.A.

Nos termos do Artigo 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais

Membros do Conselho de Administração	Total de acções a 31.12.2010	Aquisição			Alienação			Total de acções a 30.06.2011
		Data	Nº acções	Valor (€/acção)	Data	Nº acções	Valor (€/acção)	
Francisco Luís Murtelha Nabo	-	-	-	-	-	-	-	-
Manuel Ferreira De Oliveira	85.640	-	-	-	-	-	-	85.640
Manuel Domingos Vicente	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Manuel dos Santos Gomes	1.900	-	-	-	-	-	-	1.900
João António Marques Gonçalves	45.660	-	-	-	-	-	-	45.660
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro	950	-	-	-	-	-	-	950
Carlos Nuno Gomes da Silva	2.410	-	-	-	-	-	-	2.410
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito	-	-	-	-	-	-	-	-
Luca Bertelli	-	-	-	-	-	-	-	-
Claudio De Marco	-	-	-	-	-	-	-	-
Paolo Grossi	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Rita Galli	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabrizio Dessogno	-	-	-	-	-	-	-	-
Giuseppe Ricci	-	-	-	-	-	-	-	-
Luigi Spelli	-	-	-	-	-	-	-	-
João Miguel José Borges Gouveia	-	-	-	-	-	-	-	-
Membros do conselho fiscal								
Daniel Bessa Fernandes Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-
Gracinda Augusta Figueiras Raposo	-	-	-	-	-	-	-	-
Manuel Nunes Aguiar	-	-	-	-	-	-	-	-
Amadeu Alberto Freixo Calhau	-	-	-	-	-	-	-	-
Revisor oficial de contas								
P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Calado & Associados, SROC	-	-	-	-	-	-	-	-

PRINCIPAIS TRANSACÇÕES RELEVANTES ENTRE PARTES RELACIONADAS REALIZADAS NOS SEIS PRIMEIROS MESES

Artigo 246.º nº3 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários

Durante o primeiro semestre de 2011 não existiram transacções relevantes entre partes relacionadas.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

3. CONTAS CONSOLIDADAS

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Junho 2011	Junho 2010
Proveitos operacionais:			
Vendas	5	7.954.729	6.733.707
Prestação de serviços	5	196.697	136.203
Outros proveitos operacionais	5	90.558	124.537 (a)
Total de proveitos operacionais:		8.241.984	6.994.447 (a)
Custos operacionais:			
Custo das vendas	6	6.966.828	5.817.724
Fornecimentos e serviços externos	6	439.916	370.462
Custos com o pessoal	6	158.002	173.662
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades	6	207.799	157.643
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	3.440	59.463
Outros custos operacionais	6	45.018	43.221 (a)
Total de custos operacionais:		7.821.003	6.622.175 (a)
Resultados operacionais:		420.981	372.272
Proveitos financeiros	8	12.707	11.790
Custos financeiros	8	(64.360)	(51.678)
Ganhos (perdas) cambiais		(10.194)	(14.713)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas	4	35.685	34.226
Rendimentos de instrumentos financeiros	27	(1.751)	1.785
Outros ganhos e perdas		(819)	(657)
Resultado antes de impostos:		392.249	353.025
Imposto sobre o rendimento	9	(96.252)	(91.072)
Resultado antes dos interesses que não controlam:		295.997	261.953
Resultado afecto aos interesses que não controlam	21	(5.530)	(2.292)
Resultado líquido consolidado do período	10	290.467	259.661
Resultado por acção (valor em Euros)	10	0,35	0,31

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no período findo em 30 de Junho de 2010 (vide Nota 2).

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabó

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Luca Bertelli

Dr. Cláudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng.ª Maria Rita Galli

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 30 DE JUNHO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

ACTIVO	Notas	Junho 2011	Dezembro 2010
Activo não corrente:			
Activos tangíveis	12	3.977.701	3.588.502
Goodwill	11	247.171	242.842
Activos intangíveis	12	1.288.333	1.307.873
Participações financeiras em associadas e conjuntamente controladas	4	265.335	282.969
Participações financeiras em participadas	4	2.891	2.893
Outras contas a receber	14	102.052	111.857
Activos por impostos diferidos		190.428	216.292
Outros investimentos financeiros	17	967	1.429
Total de activos não correntes:		6.074.878	5.754.657
Activo corrente:			
Inventários	16	1.792.761	1.570.131
Clientes	15	1.221.993	1.082.063
Outras contas a receber	14	581.155	562.179
Outros investimentos financeiros	17	19.036	5.065
Caixa e seus equivalentes	18	215.761	188.033
Total dos activos correntes:		3.830.706	3.407.471
Total do activo:		9.905.584	9.162.128
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital social	19	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas de conversão cambial	20	1.917	27.918
Outras reservas	20	193.384	193.384
Reservas de cobertura		(1.580)	(3.892)
Resultados acumulados		1.434.106	1.158.581
Dividendos antecipados	30	-	(49.755)
Resultado líquido consolidado do período		290.467	441.375
Total do capital próprio atribuível aos accionistas:		2.829.551	2.678.868
Interesses que não controlam	21	51.918	32.201
Total do capital próprio:		2.881.469	2.711.069
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	22	1.647.054	1.412.024
Empréstimos obrigacionistas	22	720.000	1.000.000
Outras contas a pagar	24	308.101	320.585
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	23	287.772	284.744
Passivos por impostos diferidos		80.974	84.272
Outros instrumentos financeiros	27	65	98
Provisões	25	112.393	156.257
Total do passivo não corrente:		3.156.359	3.257.980
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	22	793.027	616.462
Empréstimos obrigacionistas	22	280.000	-
Fornecedores	26	1.735.009	1.489.805
Outras contas a pagar	24	977.625	1.034.083
Outros instrumentos financeiros	27	3.604	7.696
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar		78.491	45.033
Total do passivo corrente:		3.867.756	3.193.079
Total do passivo:		7.024.115	6.451.059
Total do capital próprio e do passivo:		9.905.584	9.162.128

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira consolidada em 30 de Junho de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabó

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Luca Bertelli

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng.ª Maria Rita Galli

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Junho 2011	Junho 2010
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		8.643.663	7.296.563
Pagamentos a fornecedores		(6.166.488)	(5.210.365)
Pagamentos ao pessoal		(123.560)	(117.562)
(Pagamentos)/recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(1.255.297)	(1.413.318)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(58.098)	(19.307)
Contribuições para o fundo de pensões		(106)	(98)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(8.481)	(6.986)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(5.690)	(5.527)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(452.970)	(310.625)
Fluxos das actividades operacionais (1)		572.973	212.775
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações financeiras		-	121
Activos tangíveis		1.990	1.895
Activos intangíveis		-	300
Subsídios de investimento	13	84	1.542
Juros e proveitos similares		772	301
Dividendos	4	30.064	24.886
Empréstimos concedidos		22.807	4.002
		55.717	33.047
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		(12.931)	(66.502)
Activos tangíveis		(730.676)	(576.259)
Activos intangíveis		(31.146)	(19.217)
Empréstimos concedidos		(35.349)	(1.653)
		(810.102)	(663.631)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(754.385)	(630.584)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		523.903	429.835
Juros e proveitos similares		102	594
Letras descontadas		7.165	6.152
		531.170	436.581
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(108.789)	(62.013)
Juros de empréstimos obtidos		(68.536)	(9.484)
Juros e custos similares		(18.887)	(37.998)
Dividendos/distribuição de resultados	30	(116.530)	(117.212)
Reembolso de letras descontadas		(3.870)	(2.379)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(32)	(56)
Juros de empréstimos obrigacionistas			(8)
		(316.644)	(229.150)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		214.526	207.431
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		33.114	(210.378)
Efeito das diferenças de câmbio		(4.395)	(965)
Caixa e seus equivalentes no início do período	18	(171.297)	(61.290)
Variação de perímetro	3	6.461	19.904
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18	(136.117)	(252.729)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Luca Bertelli

Dr. Cláudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng.ª Maria Rita Galli

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Junho 2011	Junho 2010
Resultado líquido consolidado do período	10	290.467	259.661
<u>Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios:</u>			
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)	20	(16.264)	40.001
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas Associadas/Conjuntamente Controladas)	20	(9.737)	11.793
Outros aumentos/diminuições		-	20
		(26.001)	51.814
Aumentos / diminuições reservas de cobertura	27	3.074	471
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios resultantes de Empresas Associadas	27	182	(73)
Imposto relacionado com as componentes de Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		(945)	122
		2.312	520
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios líquidos de imposto		(23.689)	52.334
Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios antes de interesses que não controlam:		266.778	311.995
Outros Ganhos e Perdas de interesses que não controlam		19.717	868
Ganhos e Perdas consolidados reconhecidos nos Capitais Próprios:		286.495	312.863

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período findo em 30 de Junho de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Luca Bertelli

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng. Maria Rita Galli

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Galp Energia, SGP5, S.A e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010 (Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Movimentos do período	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Reservas de conversão cambial (Nota 20)	Outras reservas (Nota 20)	Reservas de cobertura	Resultados acumulados	Dividendos antecipados (Nota 30)	Resultado líquido consolidado do exercício	Sub-Total	Interesses que não controlam (Nota 21)	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2010		829.251	82.006	(10.761)	193.364	(7.057)	977.159	(49.755)	347.272	2.361.479	27.184	2.388.663
Resultado líquido consolidado do período	10	-	-	-	-	-	-	-	259.661	259.661	-	259.661
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	51.794	20	520	-	-	-	52.334	868	53.202
Rendimento integral do período		-	-	51.794	20	520	-	-	259.661	311.995	868	312.863
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	-	-	(165.850)	49.755	-	(116.095)	-	(116.095)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-	347.272	-	(347.272)	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2010		829.251	82.006	41.033	193.384	(6.537)	1.158.581	-	259.661	2.557.379	28.052	2.585.431
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		829.251	82.006	27.918	193.384	(3.892)	1.158.581	(49.755)	441.375	2.678.868	32.201	2.711.069
Resultado líquido consolidado do período	10	-	-	-	-	-	-	-	290.467	290.467	5.530	295.997
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	(26.001)	-	2.312	-	-	-	(23.689)	14.187	(9.502)
Rendimento integral do período		-	-	(26.001)	-	2.312	-	-	290.467	266.778	19.717	286.495
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados	30	-	-	-	-	-	(116.095)	-	-	(116.095)	-	(116.095)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-	391.620	49.755	(441.375)	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2011		829.251	82.006	1.917	193.384	(1.580)	1.434.106	-	290.467	2.829.551	51.918	2.881.469

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período findo em 30 de Junho de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Luca Bertelli

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng. Maria Rita Galli

ÍNDICE DE NOTAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA	42
a) Empresa – mãe:	42
b) O Grupo:	42
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	43
3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	44
4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS	45
4.1. Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas	45
4.2. Participações financeiras em empresas associadas	46
4.3. Activos disponíveis para venda /Participações financeiras em empresas participadas	47
5. PROVEITOS OPERACIONAIS	47
6. CUSTOS OPERACIONAIS	48
7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	49
8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS	51
9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	51
10. RESULTADOS POR ACÇÃO	52
11. GOODWILL	53
12. ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	53
13. SUBSÍDIOS	55
14. OUTRAS CONTAS A RECEBER	56
15. CLIENTES	58
16. INVENTÁRIOS	59
17. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	60
18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	61
19. CAPITAL SOCIAL	61
20. RESERVAS DE CONVERSÃO E OUTRAS RESERVAS	62
21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	63
22. EMPRÉSTIMOS	64
23. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS	66
24. OUTRAS CONTAS A PAGAR	67
25. PROVISÕES	68
26. FORNECEDORES	70
27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS	70
28. ENTIDADES RELACIONADAS	74
29. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	75
30. DIVIDENDOS	75
31. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR SOBRE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADO)	75
32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	76
33. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	76
34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	76
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	76
36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	76

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

a) Empresa – mãe:

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), tem a sua sede na Rua Tomás da Fonseca em Lisboa, Portugal e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades.

A estrutura accionista da Empresa em 30 de Junho de 2011 é evidenciada na Nota 19.

Parte das acções da Empresa representativas de 25,32% do Capital Social encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

b) O Grupo:

Em 30 de Junho de 2011 o Grupo Galp (“Grupo”) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem, entre outras: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respectivas subsidiárias que desenvolvem as suas actividades na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade na área do gás natural; (iii) a Galp Power, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade no sector da electricidade e das energias renováveis; e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que integra os serviços corporativos.

b1) Actividade de “Upstream” na área do petróleo bruto

O segmento de negócio de Exploração e Produção (“E&P”) é responsável pela presença da Galp Energia no sector “upstream” da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as actividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola, Brasil, Moçambique, Portugal, Timor-Leste e Uruguai.

b2) Actividade de “Downstream” na área do petróleo bruto

O segmento de negócio de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos (“Refinação e Distribuição”) detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui ainda todas as actividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação e Distribuição engloba igualmente a maior parte das infra-estruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para a exportação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta actividade de comercialização a retalho com a marca Galp, estende-se ainda a Espanha, Moçambique, Guiné Bissau, Gambia e Suazilândia com subsidiárias totalmente detidas pelo grupo e “joint-ventures” em Angola e Cabo Verde.

b3) Actividade de Gás Natural e Produção e Comercialização de Energia

O segmento de negócio de Gás Natural e Power abrange as áreas de Aprovisionamento, Comercialização, Distribuição e Armazenagem de Gás Natural e Geração de Energia Eléctrica e Térmica.

As empresas subsidiárias do Grupo Galp Power desenvolvem as actividades relacionadas com a produção e comercialização de energia eléctrica, térmica e eólica em Portugal e Espanha.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

A área de Power produz actualmente energia eléctrica e térmica que fornece a grandes clientes industriais. Actualmente a Galp Energia detém participações em quatro centrais de cogeração, com uma capacidade instalada total de 160 MW e em parques eólicos.

A área de gás natural subdivide-se nas áreas de (i) Aprovisionamento e Comercialização e (ii) Distribuição e Comercialização.

A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m³, a empresas produtoras de electricidade, às empresas comercializadoras de gás natural e às UAG 's ("Unidades Autónomas de Gás"). A Galp mantém contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, de forma a satisfazer a procura dos seus clientes.

A área de Distribuição e Comercialização de Gás Natural em Portugal, integra as empresas distribuidoras e comercializadoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas. Tem em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos anuais inferiores a 2 milhões de m³. A Galp opera igualmente em Espanha através de subsidiárias com actividades reguladas de distribuição de gás natural em baixa pressão, que fornece 38 municípios adjacentes à cidade de Madrid. A actividade de comercialização de gás natural inclui a venda a clientes finais, regulados e não regulados, na área abrangida pelo negócio de distribuição acima referido, fornecendo gás natural a clientes.

As empresas subsidiárias do Grupo Galp que têm actividade de armazenagem e distribuição de gás natural em Portugal operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português que terminam em 2045 no caso da actividade de armazenagem e 2047 no caso das actividades de distribuição de gás natural. Findo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens àquela data, líquido de amortizações, participações financeiras e subsídios a fundo perdido.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Galp Energia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2011. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira consolidada intercalar preparada ao abrigo da IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Assim, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportáveis de Activos e Passivos, assim como as quantias reportáveis de Proveitos e Custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efectuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Em referência aos contratos de construção enquadráveis na IFRIC12, a construção dos Activos concessionados, é subcontratada a entidades especializadas, as quais assumem risco próprio actividade de construção. Os proveitos e custos associados à construção destes activos são de montantes iguais e são registados como Outros custos operacionais e Outros proveitos operacionais.

A 30 de Junho de 2011 foram somente divulgadas as variações materiais exigidas pelo normativo IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações. Para as restantes divulgações decorrentes deste normativo, consultar as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa em 31 de Dezembro de 2010.

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 30 de Junho de 2011 o perímetro de consolidação foi alterado face ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 conforme segue:

Empresas constituídas:

A Galp Energia, SGPS, S.A. subscreveu 100% da Galp Energia Netherlands BV, a qual foi constituída em Junho de 2011, não tendo realizado qualquer operação no período findo 30 de Junho de 2011.

Outras alterações:

- Embora o Grupo Galp detenha através das suas subsidiárias Petrogal e Petrogal Cabo Verde apenas 48,29% do capital da Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol S.A.R.L, passou a controlar, com expectável permanência, as políticas financeiras e operacionais desta por via de uma maioria representativa de votos nas reuniões do Conselho de Administração. Devido a este facto, o Grupo procedeu à reclassificação da participação financeira detida na Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol S.A.R.L de associada para subsidiária, passando assim a ser consolidada pelo método de consolidação integral.
- De forma a autonomizar o negócio regulado de distribuição de gás natural, o Grupo deu início em Junho de 2011 ao processo de reorganização das participações que detêm nas subsidiárias distribuidoras de gás natural e nas comercializadoras de gás natural de último recurso.

A distribuidora de gás natural, Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. (detida em 85,71% pelo Grupo), alienou 100% da sua participação na subsidiária Lusitaniagás Comercialização, S.A. que foi totalmente adquirida pela GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.. Para determinação do preço de mercado e de forma a cumprir os requisitos legais, foi solicitado um estudo independente que determinou o valor de venda de mEuros 3.423.

A subsidiária Lusitaniagás Comercialização, S.A., que era anteriormente detida a 85,71% passou assim a ser detida a 100% pelo Grupo. Decorrente da aquisição dos 14,2861%, registou-se na rubrica de Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas, o montante mEuros 122 referente a diferenças de aquisição negativas (Nota 4).

A associada, distribuidora de gás natural, Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (detida em 45% pelo Grupo), alienou 100% da sua participação na subsidiária Setgás Comercialização, S.A., sendo 66,946% adquiridos pela GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A. e 33,054% adquiridos pela Enagás, S.A.. Para determinação do preço de mercado e de forma a cumprir os requisitos legais, foi solicitado um estudo independente que determinou o valor de venda de mEuros 2.109.

A subsidiária Setgás Comercialização, S.A. passou assim a ser incluída na consolidação pelo método integração global. Decorrente da aquisição dos 21,9461%, o Grupo registou na rubrica de Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas, o montante mEuros 608 referente a diferenças de aquisição negativas (Nota 4).

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

A distribuidora de gás natural, Lisboa Gás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. (detida em 100% pelo Grupo), alienou 100% da sua participação na subsidiária Lisboa Gás Comercialização, S.A. à GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.. Para determinação do preço de mercado e de forma a cumprir os requisitos legais, foi solicitado um estudo independente que determinou o valor de venda de mEuros 7.261.

Visto tratar-se de uma operação entre duas empresas do Grupo, não se verificou qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Galp Energia.

As alterações ocorridas no período findo em 30 de Junho de 2011 tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Galp Energia:

	Nota	Total	Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L. e subsidiárias: (31 de Dezembro de 2010)	Setgás Comercialização, S.A. (31 de Maio de 2011)
Activos não correntes				
Activos fixos tangíveis e intangíveis	12	17.886	17.886	-
Participações financeiras em associadas	4	318	318	-
Activos por impostos diferidos	9	173	90	83
Activos correntes				
Inventários		11.705	11.705	-
Clientes		19.174	16.944	2.230
Imposto corrente sobre rendimento a receber		330	10	320
Outras contas a receber		13.800	8.153	5.647
Caixa e seus equivalentes		6.461	5.160	1.301
Passivos não correntes				
Provisões	25	(115)	(115)	-
Empréstimos		(1.968)	(1.968)	-
Imposto corrente sobre rendimento a pagar		(2.483)	(2.400)	(83)
Outras contas a pagar		(31.062)	(24.581)	(6.481)
Total adquirido / integrado		17.092	15.072	2.020
Valor da participação financeira	4	(19.401)	(19.401)	-
Diferença de aquisição positiva	4 e 11	4.329	4.329	-
Diferença de aquisição negativa	4	(608)	-	(608)
Custo de aquisição líquido		1.412	-	1.412

Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010 e o respectivo anexo.

4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS

4.1. Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas conjuntamente controladas no período findo em 30 de Junho de 2011 que se encontram reflectidas pelo método da equivalência patrimonial foi o seguinte:

Empresas	Saldo inicial	Aumento participação	Ganhos / Perdas	Ajust. conversão cambial	Ajust. reservas cobertura	Resultados exercicios ant.	Dividendos	Transferências / Regularizações	Saldo final
Participações financeiras									
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	31.713	-	2.468	-	-	-	(7.475)	-	26.706
Tupi B.V.	(a) 30.036	10.844	-	(2.842)	-	3	-	-	38.041
Belem Bio Energy B.V.	(b) 10	2.063	-	-	-	-	-	-	2.073
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	-	(8)	-	-	(47)	-	1.786	1.731
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	10	-	14	-	-	32	-	-	56
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	-	-	53	-	-	-	-	-	53
	61.769	12.907	2.527	(2.842)	-	(12)	(7.475)	1.786	68.660
Provisões para partes de capital em empresas associadas (Nota 25)									
Ventinveste, S.A.	(575)	-	(163)	-	27	-	-	-	(711)
Spower, S.A.	(38)	-	(1)	-	-	-	-	-	(39)
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	(18)	25	(33)	-	-	-	-	-	(26)
	(631)	25	(197)	-	27	-	-	-	(776)
	61.138	12.932	2.330	(2.842)	27	(12)	(7.475)	1.786	67.884

(a) mEuros 10.844 corresponde ao aumento de capital efectuado pela Galp Energia E&P B.V.. O controlo da subsidiária Tupi B.V., é partilhado entre: a Galp Energia E&P B.V., a Petrobras Netherlands B.V. e a BG Overseas Holding Ltd, que detêm respectivamente 10%, 65% e 25% do seu capital social.

(b) mEuros 2.063 corresponde ao aumento de capital efectuado pela Galp Energia E&P B.V.. O controlo da subsidiária Belém Bio Energy B.V., é partilhado entre: a Galp Energia E&P B.V. e a Petrobras Netherlands B.V., detendo cada uma 50% do seu capital social.

(c) mEuros 25 corresponde a prestações suplementares efectuadas pela Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A. à subsidiária Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

4.2. Participações financeiras em empresas associadas

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas no período findo em 30 de Junho de 2011 foi o seguinte:

Empresas	Saldo inicial	Ganhos / Perdas	Ajust. conversão cambial	Ajust. reservas cobertura	Resultados exercicios ant.	Dividendos	Transferências / Regularizações	Saldo final
Participações financeiras								
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	71.247	19.485	(5.802)	-	-	(20.936)	-	63.994
Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	56.854	3.702	-	-	279	(1.563)	-	59.272
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	20.143	1.982	-	-	29	-	-	22.154
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	17.600	1.737	-	-	-	(3.124)	-	16.213
Gasoduto Extremadura, S.A.	15.147	2.074	-	-	-	(3.874)	-	13.347
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	6.044	1.111	-	99	611	-	-	7.865
Galp Disa Aviacion, S.A.	5.143	727	-	-	64	-	-	5.934
Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	4.606	801	(1.076)	-	-	-	-	4.331
Metragaz, S.A.	1.395	144	(17)	-	-	-	-	1.522
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	1.055	(11)	-	-	(9)	-	-	1.035
C.L.C. Guiné Bissau - Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	492	(47)	-	-	-	-	-	445
Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L	(a)	-	-	-	-	-	318	318
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	144	-	-	-	-	-	-	144
Aero Serviços, SARL - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	63	-	-	-	-	-	-	63
Energim - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	169	(18)	-	-	(113)	-	-	38
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L	(b)	19.312	-	-	89	-	(19.401)	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	(c)	1.786	-	-	-	-	(1.786)	-
	221.200	31.687	(6.895)	99	950	(29.497)	(20.869)	196.675

(a) A subsidiária Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L, detêm 30% do capital da Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L.. O montante de mEuros 318 registado na coluna de Transferências /Regularizações, diz respeito ao valor que se encontrava reconhecido na rubrica de Participações financeiras em associadas nas demonstrações financeiras da Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L. (Nota 3) no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

(b) A subsidiária Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L, passou a ser incluída no perímetro de consolidação (Nota 3). O montante de mEuros 19.401 registado em Transferências /Regularizações inclui Goodwill no montante de mEuros 4.329 e o montante de mEuros 15.072 correspondentes a 48,29% dos capitais próprios na subsidiária, detidos pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010. O montante respeitante ao Goodwill passou a ser registado na rubrica de Goodwill (Nota 12) e o montante de mEuros 15.072 foi substituído pela integração dos Activos, Passivos e Interesses que não controlam da subsidiária Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L (Nota 3).

(c) O controlo da subsidiária Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda., é partilhado entre: a Galp Power, SGPS, S.A. e a Martifer Renewables, SGPS, S.A., detendo cada uma 50% do seu capital social. Assim, o montante de mEuros 1.786 foi transferido da rubrica de Participações financeiras em empresas associadas para a rubrica de Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas.

A rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e conjuntamente controladas registadas nas demonstrações consolidadas dos resultados para o período findo em 30 de Junho de 2011 tem a seguinte composição:

Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial:

Empresas associadas	31.687
Empresas associadas - correcções relativas a exercícios anteriores	950
Empresas conjuntamente controladas	2.330
Empresas conjuntamente controladas - correcções relativas a exercícios anteriores	(12)

Diferenças de aquisição de partes de capital de empresas do grupo e associadas (Nota 3):

Aquisição de 21,946% da participação da Setgás Comercialização, S.A.	608
Aquisição de 14,286% da participação da Lusitaniagás Comercialização, S.A.	122
	35.685

Foi reflectido na rubrica de participações financeiras em empresas conjuntamente controladas e associadas (Nota 4.1 e 4.2), o montante total de mEuros 36.972 relativos a dividendos correspondentes aos montantes aprovados em Assembleia Geral das respectivas empresas. O valor recebido de dividendos no período findo em 30 de Junho de 2011 foi de mEuros 30.064.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

O Goodwill positivo relativo a empresas associadas, que se encontra incluído na rubrica de Participações financeiras em empresas associadas, foi objecto de teste de imparidade e efectuado por unidade geradora de caixa cujo detalhe em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 era:

	Junho 2011	Dezembro 2010
Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A .	47.545	47.545
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L (Nota 3)	-	4.329
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	1.939	1.939
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	143	143
	<u>49.627</u>	<u>53.956</u>

4.3. Activos disponíveis para venda /Participações financeiras em empresas participadas

Durante o período findo em 30 de Junho de 2011, não ocorreram variações significativas na rubrica de Activos disponíveis para venda /Participações financeiras em empresas participadas, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa em 31 de Dezembro de 2010. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010 e o respectivo anexo.

5. PROVEITOS OPERACIONAIS

O detalhe dos proveitos operacionais do Grupo para os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 é como segue:

Rubricas	Junho 2011	Junho 2010
Vendas:		
de produtos	3.383.408	3.922.312
de mercadorias	<u>4.571.321</u>	<u>2.811.395</u>
	<u>7.954.729</u>	<u>6.733.707</u>
Prestação de serviços	<u>196.697</u>	<u>136.203</u>
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	23.879	50.253
Proveitos provenientes da construção de Activos ao abrigo IFRIC12	22.224	22.335 (a)
Subsídios à exploração	10.453	9.616
Trabalhos para a própria empresa	53	5.912
Subsídios ao investimento	5.028	5.088
Ganhos em imobilizações	452	421
Outros	<u>28.469</u>	<u>30.912</u>
	<u>90.558</u>	<u>124.537</u>
	<u>8.241.984</u>	<u>6.994.447</u>

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

A rubrica de Outros para o período findo em 30 de Junho de 2011 inclui essencialmente o montante de (i) mEuros 7.610 referentes a venda de títulos de emissão de CO2 (Nota 34) e ii) mEuros 5.840 relativo à indemnização que a Petróleos de Portugal – Petrolgal, S.A., recebeu do incidente na Refinaria de Sines.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

No que diz respeito aos contratos de construção enquadráveis na IFRIC12, a construção dos Activos concessionados, é subcontratada a entidades especializadas, as quais assumem o risco próprio da actividade de construção. Os proveitos e custos associados à construção destes activos são de montantes iguais e imateriais face ao volume total dos proveitos e custos operacionais e desdobram-se como segue:

	Junho 2011	Junho 2010
Custos provenientes da construção de Activos ao abrigo IFRIC12	(22.224)	(22.335)
Proveitos provenientes da construção de Activos ao abrigo IFRIC12 (Nota 6)	22.224	22.335
Margem	-	-

6. CUSTOS OPERACIONAIS

Os resultados dos períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 foram afectados pelas seguintes rubricas de custos operacionais:

RUBRICAS	Junho 2011	Junho 2010
Custo das Vendas:		
Matérias primas e subsidiárias	3.489.273	2.945.981
Mercadorias	2.355.515	1.618.356
Imposto sobre produtos petrolíferos	1.203.587	1.349.153
Variação da produção	(92.180)	(102.244)
Reduções (aumentos) ao inventário (Nota 16)	31.081	1.209
Derivados financeiros	(20.448)	5.269
	6.966.828	5.817.724
Fornecimento e serviços externos:		
Subcontratos - utilização de redes	108.015	49.211
Transporte de mercadorias	55.999	53.677
Armazenagem e enchimento	37.859	42.649
Rendas e alugueres	35.490	40.484
Conservação e reparação	26.644	25.334
Seguros	12.671	12.226
Comissões	11.010	10.491
Publicidade	8.503	10.766
Subcontratos	6.422	5.913
Serviços e taxas portuárias	4.624	3.987
Outros serviços especializados	71.403	59.767
Outros fornecimentos e serviços externos	31.744	29.719
Outros custos	29.532	26.238
	439.916	370.462
Custos com pessoal:		
Remunerações órgãos sociais (Nota 29)	2.373	2.387
Remunerações do pessoal	103.977	109.523
Encargos sociais	26.449	24.687
Benefícios de reforma - pensões e seguros	23.059	29.551
Outros gastos	2.144	7.514
	158.002	173.662
Amortizações, depreciações e imparidades:		
Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis	169.322	129.438
Amortizações e imparidades de activos intangíveis	21.745	12.179
Amortizações e imparidades de acordos de concessão	16.732	16.026
	207.799	157.643
Provisões e imparidade de contas a receber		
Provisões e reversões (Nota 25)	(3.364)	52.451
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 15)	6.445	4.988
Perdas e ganhos de imparidade de outras contas a receber (Nota 14)	359	2.024
	3.440	59.463
Outros custos operacionais		
Outros impostos	6.915	7.533
Custos provenientes da construção de Activos ao abrigo IFRIC12 (Nota 5)	22.224	22.335 (a)
Perdas em Imobilizações	1.769	55
Outros custos operacionais	14.110	13.298
	45.018	43.221
	7.821.003	6.622.175

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

A rubrica de Subcontratos - utilização de redes refere-se às tarifas:

- de utilização da rede de distribuição (URD);
- de utilização da rede de transporte (URT);
- de utilização global de sistema (UGS).

Que inclui essencialmente o montante de mEuros 40.367 debitado pela Ren Gasodutos e mEuros 54.336 debitados pela Madrileña Red de Gas. O aumento verificado nesta rubrica deve-se principalmente ao facto, das subsidiárias Madrileña Suministro de Gas 2010, S.L. e Madrileña Suministro de Gas SUR 2010, S.L., terem sido adquiridas em 30 de Abril de 2010, e consequentemente ainda não estarem incluídas no perímetro de consolidação do período homólogo.

A variação ocorrida na rubrica de Amortizações, depreciações e imparidades face ao período homólogo refere-se essencialmente ao aumento de:

- mEuros 36.506 na subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A., que se deve ao facto de no último trimestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011 terem sido transferidos de imobilizado em curso para equipamento básico parte do investimento no Bloco 14, aumentando assim as respectivas amortizações.
- mEuros 18.321 na subsidiária Petrogal Brasil, Lda, que se deve à constituição de imparidades para fazer face ao abate das despesas de pesquisa e dos direitos (bónus assinatura) nos blocos da bacia de Santos (Brasil) sem viabilidade económica e tendo sido utilizada no período findo em 30 de Junho 2011 o montante de mEuros 11.045.

A rubrica de outros custos operacionais inclui o montante de mEuros 954 referente a donativos à Fundação Galp Energia.

7. **INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS**

Segmentos de negócio

O grupo está organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades de negócio:

- Gás e Power;
- Refinação e distribuição de produtos petrolíferos;
- Exploração e produção;
- Outros.

Relativamente ao segmento de negócio “outros”, o grupo considerou a empresa holding Galp Energia, SGPS, S.A., e empresas com actividades distintas nomeadamente a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A..

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 30 de Junho de 2011 e 2010:

	Gás Natural e Electricidade		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos		Exploração e Produção		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2011	2010 (*)	2011	2010 (*)	2011	2010 (*)	2011	2010 (*)	2011	2010 (*)	2011	2010 (*)
Provetos												
Vendas e Prestações Serviços	1.110.241	767.148	7.147.380	6.099.406	172.818	101.093	66.150	63.613	(345.163)	(161.350)	8.151.426	6.869.910
Inter-segmentais	132.845	46.772	37.496	653	139.501	58.799	35.321	55.126	(345.163)	(161.350)	-	-
Externas	977.396	720.376	7.109.884	6.098.753	33.317	42.294	30.829	8.487	-	-	8.151.426	6.869.910
EBITDA IAS/IFRS (1)	124.426	162.147	380.366	327.189	122.304	93.184	4.808	6.892	316	(34)	632.220	589.378
Gastos não Desembolsáveis												
Amortizações e Ajustamentos	(21.035)	(21.485)	(90.636)	(95.600)	(94.616)	(39.675)	(1.512)	(883)	-	-	(207.799)	(157.643)
Provisões (liq.)	2.776	(45.284)	(5.785)	(2.714)	(406)	(7.940)	(25)	(3.525)	-	-	(3.440)	(59.463)
Resultados Segmentais IAS/IFRS	106.167	95.378	283.945	228.875	27.282	45.569	3.271	2.484	316	(34)	420.981	372.272
Resultados Particip. Financeiras	27.554	26.497	8.128	7.957	3	-	-	(228)	-	-	35.685	34.226
Outros Result. Financeiros	(10.636)	(4.922)	(67.045)	(53.580)	(3.965)	(3.440)	17.545	8.435	(316)	34	(64.417)	(53.473)
Imposto sobre o Rendimento	(32.583)	(33.957)	(49.295)	(33.282)	(9.118)	(20.404)	(5.256)	(3.429)	-	-	(96.252)	(91.072)
Interesses Minoritários	(2.688)	(1.484)	(2.842)	(808)	-	-	-	-	-	-	(5.530)	(2.292)
Resultados Líquido IAS/IFRS	87.814	81.512	172.891	149.162	14.202	21.725	15.560	7.262	-	-	290.467	259.661
Em 30 Junho 2011 e 31 de Dezembro de 2010 (*)												
OUTRAS INFORMAÇÕES												
Activos do Segmento (2)												
Investimento Financeiro (3)	127.329	128.188	100.635	127.458	40.111	30.045	151	171	-	-	268.226	285.862
Outros Activos	1.990.645	1.922.656	6.894.497	6.032.231	1.288.951	1.188.536	3.426.370	3.186.413	(3.963.105)	(3.453.570)	9.637.358	8.876.266
Activos Totais Consolidados	2.117.974	2.050.844	6.995.132	6.159.689	1.329.062	1.218.581	3.426.521	3.186.584	(3.963.105)	(3.453.570)	9.905.584	9.162.128
Passivos Totais Consolidados	1.384.381	1.414.709	6.494.215	5.776.685	261.203	171.894	2.847.420	2.541.341	(3.963.104)	(3.453.570)	7.024.115	6.451.059
Investimento Activos Tangíveis e Intangíveis	24.425	44.435	412.059	325.388	138.280	146.360	2.430	2.211	-	-	577.194	518.394

(*) Valores reexpressos face às contas publicadas conforme nota 2.1 ABDR

(1) EBITDA = Resultados Segmentais/EBIT + Amortizações+Provisões

(2) Quantia líquida.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

Vendas e Prestações de Serviços Inter-segmentais

Segmentos	Gás e Power	Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos	Exploração e Produção	Outros	TOTAL
Gás Natural e Electricidade	na	414	-	11.090	11.504
Refinação e Distribuição de Produtos	132.846	na	139.501	22.626	294.973
Exploração e Produção	-	19	na	1.605	1.624
Outros	-	249	-	na	249
	132.846	682	139.501	35.321	308.350

As principais transacções inter-segmentais de vendas e prestações de serviços referem-se essencialmente a:

- Gás e Power: venda de gás natural para o processo produtivo das refinarias de Leixões e Sines (Refinação e distribuição de produto petrolíferos), e para processo produtivo de electricidade (segmento electricidade);
- Refinação e distribuição de produtos petrolíferos: abastecimento de viaturas de todas as Empresas do Grupo;
- Exploração e Produção: venda de crude ao segmento de Refinação e distribuição de produtos petrolíferos;
- Outros: serviços de back-office e de gestão.

Num contexto de partes relacionadas, à semelhança do que acontece entre empresas independentes que efectuem operações entre si, as condições em que assentam as suas relações comerciais e financeiras são regidas pelos mecanismos de mercado.

Os pressupostos subjacentes à determinação dos preços nas transacções entre as Empresas do Grupo assentam na consideração das realidades e características económicas das situações em apreço, ou seja, na comparação das características das operações ou das empresas susceptíveis de terem impacto sobre as condições inerentes às transacções comerciais em análise. Neste contexto, são analisados, entre outros, os bens e serviços transaccionados, as funções exercidas pelas partes (incluindo os activos utilizados e os riscos assumidos), as cláusulas contratuais, a situação económica dos intervenientes bem como as respectivas estratégias negociais.

A remuneração, num contexto de partes relacionadas, corresponde assim à que é adequada, por regra, às funções exercidas por cada empresa interveniente, tendo em atenção os activos utilizados e os riscos assumidos. Assim, e para determinação desta remuneração são identificadas as actividades desenvolvidas e riscos assumidos pelas empresas no âmbito da cadeia de valor

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

dos bens/serviços que transaccionam, de acordo com o seu perfil funcional, designadamente, no que concerne às funções que levam a cabo - importação, fabrico, distribuição, retalho.

Em suma, os preços de mercado são determinados não apenas com recurso à análise das funções que são desempenhadas, dos activos utilizados e riscos incorridos por uma entidade, mas também tendo presente o contributo desses elementos para a rentabilidade da empresa. Esta análise passa por verificar se os indicadores de rentabilidade das empresas envolvidas se enquadram dentro dos intervalos calculados com na base na avaliação de um painel de empresas funcionalmente comparáveis, mas independentes, permitindo assim que os preços sejam fixados com vista a que se respeite o princípio de plena concorrência.

8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 é como segue:

Rubricas	Junho 2011	Junho 2010
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros de depósitos bancários	2.595	1.790
Outros proveitos financeiros	9.111	9.269
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas	1.001	731
	<u>12.707</u>	<u>11.790</u>
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros de empréstimos e descobertos bancários	(68.775)	(41.167)
Juros capitalizados nos activos fixos	26.211	9.843
Outros custos financeiros	(21.625)	(20.189)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas	(171)	(165)
	<u>(64.360)</u>	<u>(51.678)</u>

Durante o período findo em 30 de Junho de 2011, o Grupo procedeu à capitalização na rubrica de imobilizado em curso, o montante de mEuros 26.211, relacionado com encargos financeiros incorridos com empréstimos para financiamento de investimentos em imobilizado durante o seu período de construção.

A rubrica de outros proveitos financeiros e outros custos financeiros inclui os montantes de mEuros 8.073 e mEuros 7.781 respectivamente referentes às operações de Trading de Energia, negociando contratos de futuros de CO2 e de electricidade na Bolsa ICE (Ice Futures Europe Exchange) e OMIP Futures.

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 são detalhados como segue:

Rubricas	Junho 2011	Junho 2010
Imposto corrente	101.495	85.186
(Excesso) / insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior	(18.465)	(12.989)
Imposto diferido	13.222	18.875
	<u>96.252</u>	<u>91.072</u>

A taxa efectiva de imposto em 30 de Junho de 2011 e em 30 de Junho de 2010 foi de 25% e de 26%, respectivamente.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Impostos diferidos

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o saldo de impostos diferidos activos e passivos é composto como segue:

Impostos Diferidos 2011 - Activos						
Rubricas	Saldo Inicial	Efeito em resultados	Efeito em Capital próprio	Diferenças de perímetro de consolidação	Outros ajustamentos	Saldo Final
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	4.545	(1.608)	-	-	1	2.938
Ajustamentos em activos tangíveis e intangíveis	9.698	6.843	-	-	(7.991)	8.550
Ajustamentos em activos tangíveis e intangíveis Justo Valor	157	-	-	-	-	157
Ajustamentos em existências	217	564	-	-	(10)	771
Ajustamentos Overlifting	918	2.210	-	-	-	3.128
Benefícios de pensões	77.286	270	-	-	-	77.556
Dupla tributação económica	18.324	469	-	-	-	18.793
Instrumentos financeiros	1.521	(12)	(906)	-	-	603
Prejuízos fiscais reportáveis	66.248	(16.005)	-	-	(694)	49.549
Provisões não aceites fiscalmente	33.507	(9.630)	-	83	-	23.960
Outros	3.871	462	-	90	-	4.423
	216.292	(16.437)	(906)	173	(8.694)	190.428

Impostos Diferidos 2011 - Passivos						
Rubricas	Saldo Inicial	Efeito em resultados	Efeito em Capital próprio	Diferenças de perímetro de consolidação	Outros ajustamentos	Saldo Final
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	(3)	-	-	-	-	(3)
Ajustamentos em activos tangíveis e intangíveis	(17.119)	9.089	(8.273)	-	8.312	(7.991)
Ajustamentos em activos tangíveis e intangíveis Justo Valor	(20.412)	1.038	-	-	-	(19.374)
Ajustamentos Underlifting	-	(1.975)	-	-	-	(1.975)
Benefícios de pensões	(5.300)	-	-	-	-	(5.300)
Dividendos	(35.319)	(5.077)	-	-	-	(40.396)
Instrumentos financeiros	(174)	-	-	-	-	(174)
Mais valias	-	-	-	-	-	-
Reavaliações contabilísticas	(4.601)	141	-	-	65	(4.395)
Outros	(1.344)	(1)	-	-	(21)	(1.366)
	(84.272)	3.215	(8.273)	-	8.356	(80.974)

A variação do imposto diferido reflectida no Capital Próprio na rubrica de reservas de cobertura no montante de mEuros 891 refere-se à variação dos impostos diferidos dos derivados financeiros de empresas consolidadas no montante de mEuros 906 subtraído do imposto diferido referente a interesses que não controlam no montante de mEuros 15.

O montante de mEuros 8.273 com efeito em Capital Próprio refere-se ao imposto diferido resultante da reclassificação das diferenças cambiais (Nota 20).

Os Outros ajustamentos reflectidos nos Impostos diferidos activos e passivos, nos montantes de mEuros 7.991 e mEuros 8.312, respectivamente, incluem uma reclassificação entre impostos diferidos activos e passivos no montante de mEuros de 7.991.

10. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 30 de Junho de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	Junho 2011	Junho 2010
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido consolidado do exercício)	290.467	259.661
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (Nota 19)	829.250.635	829.250.635
Resultado por acção básico (valores em Euros):	0,35	0,31

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por acção diluído é igual ao resultado líquido por acção básico.

11. GOODWILL

O aumento de mEuros 4.329, verificado na rubrica de Goodwill, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010, deve-se ao facto da subsidiária Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol S.A.R.L, passar a estar incluída no perímetro de consolidação (Nota 3 e 4).

Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010 e o respectivo anexo.

12. ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

	Junho 2011			Dezembro 2010		
	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido
Activos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	282.346	(1.720)	280.626	281.588	(1.725)	279.863
Edifícios e outras construções	857.777	(555.937)	301.840	844.308	(536.263)	308.045
Equipamento básico	4.266.329	(3.284.073)	982.256	4.030.517	(3.123.707)	906.810
Equipamento de transporte	31.124	(26.167)	4.957	25.574	(22.176)	3.398
Ferramentas e utensílios	4.044	(3.677)	367	3.893	(3.578)	315
Equipamento administrativo	161.992	(134.926)	27.066	161.979	(130.927)	31.052
Taras e vasilhame	163.417	(146.754)	16.663	155.208	(139.847)	15.361
Outros activos tangíveis	99.080	(77.323)	21.757	151.449	(102.184)	49.265
Imobilizações em curso	2.336.566	-	2.336.566	1.970.601	-	1.970.601
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	5.603	-	5.603	23.792	-	23.792
	8.208.278	(4.230.577)	3.977.701	7.648.909	(4.060.407)	3.588.502
Activos Intangíveis						
Despesas de investigação e de desenvolvimento	4.512	(4.351)	161	4.534	(4.325)	209
Propriedade industrial e outros direitos	447.627	(229.983)	217.644	460.339	(217.772)	242.567
Reconversão de consumos para gás natural	551	(390)	161	18.809	(18.632)	177
Trespases	24.278	(12.566)	11.712	24.105	(12.372)	11.733
Outros activos intangíveis	865	(861)	4	1.291	(1.025)	266
Acordos de concessão	1.413.151	(386.609)	1.026.542	1.395.684	(370.824)	1.024.860
Imobilizações em curso - acordos de concessão	18.763	-	18.763	16.355	-	16.355
Imobilizações em curso	13.346	-	13.346	11.706	-	11.706
	1.923.093	(634.760)	1.288.333	1.932.823	(624.950)	1.307.873

Os activos tangíveis e os intangíveis estão registados de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Grupo e que se encontra descrita no Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 2.3 e 2.4).

Principais incidências durante o período findo em 30 de Junho de 2011:

Os aumentos verificados nas rubricas de activos tangíveis e intangíveis, no montante de mEuros 595.384 incluem essencialmente:

i) Segmento de Exploração e Produção Petrolífera

- mEuros 95.762 relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento em blocos no Brasil;
- mEuros 18.854 relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento no Bloco 14 em Angola ;
- mEuros 5.569 relativos a despesas de pesquisa do Bloco 32 e 33 em Angola;
- mEuros 4.219 relativos a despesas de pesquisa em blocos em Timor-Leste;

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

- mEuros 4.159 relativos a despesas de pesquisa de gás natural em Angola;
- mEuros 3.670 relativos a despesas de pesquisa de petróleo na costa portuguesa;
- mEuros 3.011 relativos a despesas de pesquisa de LNG no Brasil;
- mEuros 1.319 relativos a despesas de pesquisa dos blocos 3 e 4 no Uruguai;
- mEuros 611 relativos a despesas de pesquisa do Bloco 4 em Moçambique.

Do total dos investimentos no bloco 14 em Angola, foi transferido no primeiro semestre de 2011 o montante de mEuros 38.105 da rubrica de imobilizado em curso para a rubrica de equipamento básico.

ii) Segmento de Gás e Power

- mEuros 22.224 relativos à construção de infra-estruturas (redes, ramais, lotes e outras infra-estruturas) de gás natural abrangidos pela IFRIC 12 (Nota 5 e 6);
- mEuros 2.226 relativos ao início das actividades de concepção e construção das Centrais de Cogeração do Porto e Sines.

iii) Segmento de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos

- As Refinarias de Sines e Porto efectuaram investimentos industriais no montante de mEuros 406.498;
- mEuros 16.834 relativos à Unidade de Negócio do Retalho e devem-se essencialmente à remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de actividades e desenvolvimento dos sistemas de informação.

No período findo em 30 de Junho de 2011 foram alienados e abatidos bens de natureza tangível e intangível no montante de mEuros 51.194, como resultado da actualização do cadastro de imobilizado que foi levada a cabo neste período e incluem:

- i) mEuros 20.422 relativos a abates de despesas de desenvolvimento e venda de bens de gás natural os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados;
- ii) mEuros 8.732 relativos ao abate de despesas e direitos de blocos na bacia de Santos (Brasil) sem viabilidade económica;
- iii) mEuros 7.913 relativos ao abate de direitos de superfície em Espanha.

No período findo em 30 de Junho de 2011, encontram-se constituídas imparidades de activos imobilizados no montante de mEuros 85.928, os quais incluem mEuros 39.629 para fazer face à imparidade de blocos operados e não operados no Brasil. Estas sofreram aumentos no montante de mEuros 14.002 e foram utilizadas no montante de mEuros 2.657 durante o primeiro semestre.

No período findo em 30 de Junho de 2011 foi incluído no perímetro de consolidação a subsidiária Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L. (Nota 3), a qual acresceu na rubrica de Activos tangíveis o montante de mEuros 42.540 em activos brutos deduzidos de mEuros 24.684 de amortizações acumuladas, e na rubrica de Activos intangíveis o montante de mEuros 98 em activos brutos deduzidos de mEuros 69 de amortizações acumuladas.

A repartição dos activos tangíveis e intangíveis em curso (incluindo adiantamentos por conta de activos tangíveis e intangíveis, deduzido de perdas de imparidade), no período findo em 30 de Junho de 2011, é composto como se segue:

	Activo
Projectos de conversão das refinarias de Sines e do Porto	960.980
Investimentos industriais afectos às refinarias de Sines e do Porto	578.433
Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil	410.321
Pesquisa e exploração de petróleo em Angola	179.800
Centrais de cogeração nas refinarias de Sines e do Porto	61.659
Renovação e expansão da rede	46.910
Pesquisa de petróleo (costa portuguesa, Moçambique e Timor Leste)	38.551
Pesquisa de gás em Angola e Guiné Equatorial	19.849
Pesquisa LNG no Brasil	16.894
Armazenagem subterrânea de gás natural	15.099
Construção de navio	9.451
Central de ciclo combinado - Sines	5.008
Outros projectos	31.323
	2.374.278

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

13. SUBSÍDIOS

Em 30 de Junho de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, os valores recebidos de subsídios eram os seguintes:

Programa	Valor recebido	
	Junho 2011	Dezembro 2010
Programa Operacional Economia	223.922	223.972
Programa Energia	114.919	114.919
Dessulfuração de Sines	39.513	39.513
Dessulfuração do Porto	35.307	35.307
Protede	19.708	19.708
Interreg II	19.176	19.176
Programa Operacional Regional do Centro	1.907	1.907
Programa Operacional do Algarve	174	174
Sistemas de Incentivos à Inovação	84	-
Outros	21.569	21.569
	476.279	476.245
Valor reconhecido como proveito	(217.580)	(212.552)
Subsídios ao investimento por receber (Nota 14)	1	88
Subsídios a reconhecer (Nota 24)	258.700	263.781

No período findo em 30 de Junho de 2011 foram recebidos subsídios ao investimento no montante de mEuros 84, que têm origem no apoio a projectos de investimento de inovação produtiva promovidos por empresas. Ocorreu ainda a restituição de valores recebidos do Programa Operacional Economia mEuros 50, devido ao não cumprimento adequado dos procedimentos de contratação pública.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 30 de Junho de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010:

Rubricas	Junho 2011		Dezembro 2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos:				
IVA - Reembolsos solicitados	2.812	-	4.999	-
ISP	31	-	-	-
Outros	4.503	-	1.633	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	23.228	-	54.606	-
Imposto sobre produtos petrolíferos ("ISP")	20.435	-	20.913	-
Contas a receber do consórcio do bloco 14 em Angola (excesso de "profit-oil" a receber)	14.087	-	16.701	-
Adiantamentos a fornecedores	14.006	-	11.550	-
Outras contas a receber - emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas	11.438	9.834	9.408	10.274
Underlifting - parceiros do Bloco 14	10.484	-	21.318	-
Over cash-call do parceiro Petrobrás em blocos operados	8.560	-	7.851	-
Meios de pagamento	8.271	-	8.745	-
Subsídios à exploração a receber	7.658	-	8.942	-
Taxas de subsolo	6.749	-	6.595	-
Processo Spanish Bitumen	2.568	-	2.568	-
Pessoal	2.198	-	2.173	-
Fundo de pensões recuperação de desembolsos	2.104	-	2.406	-
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	700	-	1.252	-
Empréstimos a clientes	583	2.019	581	2.073
Empréstimos a emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas	145	52.939	132	53.675
Subsídios ao investimento a receber (Nota 13)	1	-	88	-
Outras contas a receber	93.297	20.652	57.809	24.538
	233.858	85.444	240.270	90.560
Acréscimos de proveitos:				
Acerto de desvio tarifário - tarifa de energia - regulação ERSE	98.198	-	74.274	-
Vendas e prestações de serviços realizadas e não facturadas	69.944	-	88.499	-
Acertos de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE	47.285	-	53.446	-
Acertos de desvio tarifário - "pass through" - regulação ERSE	17.803	-	14.090	-
Indemnizações a receber	10.700	-	10.000	-
Encargos de estrutura e gestão a debitar	7.343	-	5.072	-
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento	2.432	-	2.492	-
Juros a receber	1.333	-	148	-
Compensações pela uniformidade tarifária	996	-	1.381	-
Rappel a receber sobre compras	624	-	523	-
Outros acréscimos de proveitos	25.416	-	13.671	-
	282.074	-	263.596	-
Custos diferidos:				
Rendas antecipadas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	38.180	-	39.807	-
Seguros pagos antecipadamente	9.516	-	387	-
Juros e outros encargos financeiros	8.198	-	8.988	-
Custos com catalizadores	2.004	-	3.237	-
Encargos com rendas pagas antecipadamente	161	-	197	-
Benefícios de reforma	-	16.608	-	21.297
Outros custos diferidos	17.025	-	14.595	-
	75.084	16.608	67.211	21.297
	591.016	102.052	571.077	111.857
Imparidade de outras contas a receber	(9.861)	-	(8.898)	-
	581.155	102.052	562.179	111.857

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante o período findo em 30 de Junho de 2011 na rubrica de imparidades de outras contas a receber:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Regularizações	Variação de perímetro (Nota 3)	Saldo final
Outras contas a receber	8.898	696	(337)	(137)	741	9.861

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de Outras contas a receber no montante líquido de mEuros 359 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

O montante de mEuros 20.435 na rubrica de Outras contas a receber - ISP refere-se ao montante a receber da Alfândega relativo à isenção de ISP para os biocombustíveis que se encontram em regime de suspensão de imposto conforme circular n.º 79/2005 de 6 de Dezembro.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

O montante de mEuros 21.272 registado na rubrica Outras contas a receber - empresas associadas e conjuntamente controladas, relacionadas e participadas corrente e não corrente refere-se a contas a receber de empresas que não foram consolidadas pelo método de consolidação integral.

O “PSA” (Production sharing agreement), aplicável aos blocos que o Grupo detém participação em Angola, prevê que uma percentagem do valor das vendas realizadas seja recuperado em termos fiscais no petróleo para recuperação de custos (“cost-oil”), estando a restante quantidade de barris, a que respeita o petróleo lucro (“profit-oil”), sujeitos ao pagamento imediato de IRP depois de expurgados os barris que são contratualmente cedidos à concessionária (Sonangol). O “cost-oil” é utilizado pelos parceiros na recuperação dos custos em pesquisa, desenvolvimento e produção na declaração anual de rendimentos que apresenta ao Ministério das Finanças de Angola, pelo que sempre que os custos disponíveis para a recuperação sejam superiores à taxa de “cost-oil” praticada durante o ano fiscal, deverá ser apurada a taxa de “cost-oil” efectiva, até ao máximo definido pelo PSA, por compensação da taxa de “profit-oil”, originando um aumento nas quantidades “net entitlement” a que o Grupo tem direito, e a uma diminuição das quantidades cedidas à concessionária. No decurso do exercício de 2010 foi necessário proceder ao ajustamento de “cost-oil”, pela razão atrás mencionada, diminuindo o valor do “profit-oil”, o que originou um aumento de barris que o Grupo teria disponível para venda, no montante de mEuros 16.701. No decurso do primeiro semestre de 2011 houve uma alteração da formula de calculo, o que originou uma redução de mEuros 2.614. Este valor foi apurado tendo por base os preços fiscais de 2011.

O montante de mEuros 10.484 registado na rubrica de Outras contas a receber - Underlifting - parceiros do Bloco 14 corresponde aos montantes a receber pelo Grupo pelo levantamento de barris de crude abaixo da quota de produção (“underlifting”) e encontra-se valorizada pelo menor de entre o preço de mercado na data da venda ou em 30 de Junho de 2011 ao preço de mercado.

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 8.271 diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 30 de Junho de 2011 se encontravam pendentes de recebimento.

A rubrica de subsídios à exploração a receber no montante de mEuros 7.658 referente a compensações à exploração atribuídas pelo Governo de Moçambique, em virtude da fixação dos preços de venda de combustíveis.

Na rubrica de taxas de subsolo no montante de mEuros 6.749 referente a taxas de ocupação de subsolo já pagas às Câmaras Municipais. De acordo, com o Contrato de Concessão da actividade de Distribuição de Gás Natural entre o Estado Português e as empresas do Grupo e de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2008, de 8 de Abril, as empresas têm o direito de repercutir para as entidades comercializadoras ou para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação de subsolo liquidado às autarquias locais que integram a área de concessão.

A rubrica Outras contas a receber não corrente inclui o montante de mEuros 11.250 referente ao valor a receber da Gestmin, SGPS, S.A. pela compra da COMG – Comercialização de Gás, S.A. em 3 de Dezembro de 2009 e é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um “spread” de 3,12% ao ano cujo o recebimento está previsto ocorrer em 3 de Dezembro de 2016.

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente à facturação de consumo de gás natural de Junho a emitir a clientes em Julho e corresponde essencialmente à facturação a emitir pela Galp Gás Natural, S.A., pela Lisboagás Comercialização, S.A. e pela Transgás, S.A., nos montantes de mEuros 42.958, mEuros 4.963 e mEuros 2.621, respectivamente.

A rubrica de acréscimos de proveitos – indemnizações a receber no montante de mEuros 10.700 diz respeito ao valor a receber da indemnização do acidente ocorrido na central eléctrica da refinaria de Sines em Janeiro 2009.

A rubrica de acréscimos de proveitos – venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento, no montante de mEuros 2.432 diz respeito a consumos efectuados até 30 de Junho de 2011 através do cartão Galp Frota e que irão ser facturados nos meses seguintes.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

As despesas registadas em custos diferidos relativas a pagamentos antecipados de rendas referentes a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 17 e 32 anos.

A rubrica de acerto de desvio tarifário – tarifa de energia no montante de mEuros 98.198 diz respeito à diferença acumulada entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do Grupo e as tarifas de energia reguladas definidas pela ERSE, para cada Ano Gás, aplicadas na facturação aos clientes, o qual será recuperado através da revisão de tarifas dos próximos exercícios, de acordo com o mecanismo definido pela ERSE. Estes montantes encontram-se a ser remunerados à taxa Euribor a três meses.

A rubrica de acerto de desvio tarifário – proveitos permitidos no montante de mEuros 47.285 diz respeito à diferença entre os proveitos permitidos estimados publicados para a sua actividade regulada e os proveitos decorrente da facturação real emitida. Estes montantes encontram-se a ser remunerados à taxa Euribor a três meses.

Conforme referido na Nota 2.13 do anexo às demonstrações consolidadas da Empresa de 31 de Dezembro de 2010, o montante total a recuperar foi incluído pela ERSE nos proveitos permitidos a recuperar no Ano Gás 2010-2011 pelo que o Grupo se encontra a reconhecer na demonstração dos resultados de acordo com a sazonalidade definida em cada uma das actividades, a reversão do montante do desvio tarifário aprovado.

Os valores a pagar ou a receber relativos a cada ano gás são apresentados para cada actividade pelo seu valor líquido, consoante a sua natureza em cada ano gás, em virtude de ser este o modo de aprovação dos desvios de proveitos permitidos por parte da ERSE.

A Galp Energia possui garantias colaterais relativas a contas a receber, nomeadamente garantias bancárias e cauções, cujo valor em 30 de Junho de 2011 é de cerca de mEuros 87.516.

15. CLIENTES

A rubrica de clientes, em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Junho 2011	Dezembro 2010
Cientes conta corrente	1.205.555	1.046.552
Cientes de cobrança duvidosa	114.169	126.289
Cientes - títulos a receber	14.447	13.881
	1.334.171	1.186.722
Imparidades de contas a receber	(112.178)	(104.659)
	1.221.993	1.082.063

O movimento das imparidades e ajustamentos de clientes no período findo em 30 de Junho de 2011 foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Variação de perímetro (Nota 3)	Saldo final
Imparidade de contas a receber	104.659	8.214	(1.769)	(1.166)	(1.355)	3.595	112.178

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes no montante líquido de mEuros 6.445 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

16. INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

RUBRICAS	Junho 2011	Dezembro 2010
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	338.996	139.938
Outras matérias-primas e materiais diversos	51.480	49.811
Matérias-primas em trânsito	161.631	273.147
	552.107	462.896
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(35.122)	(11.104)
	516.985	451.792
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	387.916	339.038
Produtos intermédios	397.849	310.640
Produtos acabados em trânsito	-	23.452
	785.765	673.130
Ajustamento de produtos acabados e intermédios	(3.929)	-
	781.836	673.130
Produtos e trabalhos em curso	17	(12)
	17	(12)
Ajustamentos de produtos e trabalhos em curso	(2)	-
	15	(12)
Mercadorias	496.970	447.646
Mercadorias em trânsito	-	32
	496.970	447.678
Ajustamentos de mercadorias	(3.069)	(2.503)
	493.901	445.175
Adiantamento por conta de compras	24	46
	1.792.761	1.570.131

Em 30 de Junho de 2011, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 496.970, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra em gasodutos no montante de mEuros 69.191, a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.A., Galp Distribución Oil España, S.A.U. e Retail Operating Company, S.L. nos montantes de mEuros 379.004, mEuros 11.611 e mEuros 964 respectivamente.

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 190.563 e mEuros 170.361 respectivamente e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas (Nota 24).

Em Novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto - Lei n.º 339-D/2001, de Dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal, de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da sua quantidade e qualidade. De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

No dia 1 de Dezembro de 2010, foi celebrado um contrato de compra e venda de 136.000 metros cúbicos de “Diesel 10ppm” com a Vitol, S.A.. O produto foi vendido pela Empresa pelo valor de mEuros 65.917 a essa entidade, tendo sido registado consequentemente no custo da venda um montante de mEuros 63.250, resultante da aplicação do critério de valorimetria de saída de “stocks”. Encontra-se assegurado contratualmente com a Vitol, S.A. que a mesma disponibilize as

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

quantidades de stock por esta adquirida quando requerido por lei de forma a cumprir com motivos de força maior, estando este produto ou equivalente também situado em solo português por forma a dar cumprimento às reservas estratégicas da responsabilidade da Empresa. No âmbito deste contrato a Empresa terá de pagar uma compensação pela imobilização deste gasóleo em Portugal, recebendo em contrapartida uma compensação pela armazenagem nas suas instalações, importa ainda mencionar que o risco/ganho da valorização do stock deste produto é da responsabilidade da Vitol motivo pelo qual desreconhecido da demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010.

O movimento ocorrido nas rubricas de ajustamentos de inventários no período findo a 30 de Junho de 2011 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Regularizações	Variação de perímetro	Saldo final
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11.104	25.529	(340)	(1.171)	-	35.122
Ajustamentos de produtos acabados e intermédios	-	3.929	-	-	-	3.929
Ajustamentos de produtos e trabalhos em curso	-	-	-	2	-	2
Ajustamentos de mercadorias	2.503	1.971	(8)	(1.694)	297	3.069
	<u>13.607</u>	<u>31.429</u>	<u>(348)</u>	<u>(2.863)</u>	<u>297</u>	<u>42.122</u>

O montante de aumento de ajuste líquido de diminuições no montante de mEuros 31.081 foi registado por contrapartida da rubrica de custo das vendas – reduções (aumentos) ao inventário da demonstração de resultados (Nota 6).

17. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica outros investimentos financeiros não correntes apresentava o seguinte detalhe:

	Junho 2011		Dezembro 2010	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Outros Investimentos Financeiros				
Derivados financeiros ao Justo Valor através dos Lucros ou Prejuízos (Nota 27)				
Swaps sobre Commodities	2.891	967	1.672	727
Swaps sobre sobre Taxa de Juro	-	-	-	702
	<u>2.891</u>	<u>967</u>	<u>1.672</u>	<u>1.429</u>
Depósitos bancários (Nota 18)				
Depósitos a prazo	905	-	3.393	-
Depósitos à ordem	15.240	-	-	-
	<u>16.145</u>	<u>-</u>	<u>3.393</u>	<u>-</u>
	<u>19.036</u>	<u>967</u>	<u>5.065</u>	<u>1.429</u>

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 os instrumentos financeiros encontram-se registados pelo seu justo valor respectivo reportado aquelas datas (Nota 27).

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Nos exercícios findos em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Junho 2011	Dezembro 2010	Junho 2010
Numerário	6.427	6.477	13.428
Depósitos a ordem	93.378	115.065	98.488
Depósitos a prazo	2.426	697	3.025
Outros títulos negociáveis	2.040	3.720	2.633
Outras aplicações de tesouraria	111.490	62.074	96.364
Caixa e seus equivalentes no balanço	215.761	188.033	213.938
Outros investimentos financeiros correntes (Nota 17)	16.145	3.393	1.602
Descobertos bancários (Nota 22)	(368.023)	(362.723)	(468.269)
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	(136.117)	(171.297)	(252.729)

A rubrica de Outros títulos negociáveis inclui essencialmente:

- mEuros 1.512 de Futuros sobre commodities (Brent);
- mEuros 310 de Futuros sobre electricidade;
- mEuros 215 de Futuros sobre CO2.

Estes Futuros encontram-se registados nesta rubrica devido à sua elevada liquidez (Nota 27).

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, das seguintes Empresas do Grupo:

	Junho 2011	Dezembro 2010
Galp Energia, SGPS, S.A.	60.000	-
Galp Gás Natural, S.A.	21.572	21.402
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	13.105	-
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	10.900	18.450
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda.	2.537	1.751
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	1.200	-
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	800	970
Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A.	660	-
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	400	2.000
Petrogal Brasil, Lda.	316	10.762
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	-	5.130
Sacor Marítima, S.A.	-	1.609
	111.490	62.074

19. CAPITAL SOCIAL

Estrutura do Capital

A estrutura do capital social não sofreu alterações durante o período findo em 30 de Junho de 2011. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 829.250.635 acções (Nota 10) de valor nominal de 1 Euro, e encontra-se subdividido nas seguintes categorias de acções:

Tipo de Acções	Junho 2011	Dezembro 2010
Acções Tipo A	40.000.000	40.000.000
Acções Tipo B	789.250.635	789.250.635
Número total de acções	829.250.635	829.250.635

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais consagrados no art. 4º dos Estatutos da Galp Energia, SGPS, S.A., nomeadamente:

- i) A eleição do Presidente do Conselho de Administração só poderá ser aprovada com a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A;
- ii) Quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa a segurança do abastecimento do país de petróleo, de gás e de electricidade, ou produtos derivados dos mesmos, não poderão ser aprovadas, nem em primeira, nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A.

Em 25 de Julho de 2010, foi publicado o decreto-Lei nº 90/2011, o qual estipula a revogação dos direitos especiais do accionista Estado em entidades participadas, anteriormente consignados no artigo 4º do Decreto-Lei nº 261-A/99, de 7 de Julho – 1ª fase de privatização da Galp Energia, SGPS, S.A.. Na sequência da publicação daquele diploma legal a Empresa convocou uma Assembleia Geral de Accionistas, a realizar em 3 de Agosto de 2011, com o objectivo de proceder às alterações dos estatutos, onde aqueles direitos especiais estão consignados.

O capital da Empresa em 30 de Junho de 2011, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	N.º Acções	% Capital
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%
ENI S.P.A	276.472.161	33,34%
Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.	58.079.514	7,00%
Restantes accionistas	209.934.289	25,32%
	829.250.635	100,00%

20. RESERVAS DE CONVERSÃO E OUTRAS RESERVAS

Reservas de conversão cambial

A variação da rubrica de reservas de conversão no período findo em 30 de Junho de 2011, no montante de mEuros 26.001 respeita:

- i) mEuros 9.721 às diferenças cambiais negativas resultantes da conversão das demonstrações financeiras em moeda estrangeira para Euros;
- ii) mEuros 16.280 às diferenças cambiais negativas resultantes das dotações financeiras da Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A. à Petrogal Brasil, Lda., denominadas em Euros e Dólares dos Estados Unidos, as quais não são remuneradas e não existe intenção de reembolso, pelo que são assemelhadas a capital social (“quasi capital”) fazendo parte integrante do investimento líquido naquela unidade operacional estrangeira em conformidade com a IAS 21.

Outras reservas

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica outras reservas, no capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta mesma atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 2011 a rubrica de reservas legais não teve variação uma vez que ascendem a 20% do capital social.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 esta rubrica é detalhada da seguinte forma:

	Junho 2011	Dezembro 2010
Reservas Legais	165.850	165.850
Reservas Livres	27.977	27.977
Reservas Especiais	(443)	(443)
	<u>193.384</u>	<u>193.384</u>

Do montante de mEuros 443 na rubrica de reservas especiais mEuros 463 dizem respeito a uma correcção de impostos diferidos - reavaliações nos capitais próprios da subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., e mEuros 20 negativos dizem respeito a uma reserva doação na subsidiária Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A..

21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o detalhe dos interesses que não controlam incluídos no Capital Próprio, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

	Saldo em Dezembro 2010	Capital e reservas	Diferenças de perímetro de consolidação (Nota 3)	Dividendos atribuídos (c)	Resultados de exercícios anteriores	Reservas de conversão cambial	Reservas de cobertura	Resultados do exercício	Saldo em Junho 2011
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	(a) 17.057	(122)	-	-	-	-	-	1.597	18.532
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L	-	-	16.130	(1.913)	-	-	-	2.089	16.306
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	8.376	-	-	-	-	-	31	836	9.243
Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.	3.082	-	-	(85)	-	-	-	34	3.031
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	1.397	-	-	(165)	-	-	-	175	1.407
Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.	1.007	-	-	(247)	-	-	-	252	1.012
Setgás Comercialização, S.A.	-	-	997	-	-	-	-	(7)	990
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	1.246	-	-	(363)	-	-	-	7	890
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	607	-	-	-	-	-	-	208	815
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	(389)	-	-	-	-	-	-	1.065	676
Gite - Galp International Trading Establishment	36	-	-	-	-	3	-	-	39
Combustíveis Líquidos, Lda.	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	(b) (69)	-	-	-	-	-	7	52	(10)
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	(b) 28	-	-	-	(70)	(6)	-	(130)	(178)
Petrogás - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.	(b) (255)	-	-	-	-	-	-	6	(249)
Probigal - Ligantes Betuminosos, S.A.	(b) 338	-	-	-	-	-	-	(619)	(281)
Galpbúzi - Agro-Energia, S.A.	(b) (262)	-	-	-	20	(30)	-	(35)	(307)
	<u>32.201</u>	<u>(122)</u>	<u>17.127</u>	<u>(2.773)</u>	<u>(50)</u>	<u>(33)</u>	<u>38</u>	<u>5.530</u>	<u>51.918</u>

(a) A subsidiária Lusitaniagás Comercialização, S.A., que era anteriormente detida a 85,71% passou assim a ser detida a 100% pelo Grupo. Decorrente da aquisição dos 14,2861%, registou-se na rubrica de Interesses que não controlam, o montante mEuros 122 referente a variação da percentagem detida pelo Grupo (Nota 4).

(b) Em 30 de Junho de 2011 esta subsidiária apresenta capitais próprios negativos. Deste modo, o Grupo apenas reconheceu as perdas acumuladas na proporção do capital detido naquela subsidiária, motivo pelo qual os interesses que não controlam apresentam um saldo devedor.

(c) Do montante mEuros 2.773 de dividendos atribuídos, foram liquidados no período findo em 30 de Junho de 2011 o montante de mEuros 435 (Nota 30).

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

22. EMPRÉSTIMOS

Detalhe dos empréstimos

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	Junho 2011		Dezembro 2010	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	398.719	981.222	220.770	739.977
Empréstimos externos	14.847	666.207	21.643	672.513
Descobertos bancários (Nota 18)	368.023	-	362.723	-
Desconto de letras	11.073	-	11.324	-
	792.662	1.647.429	616.460	1.412.490
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	365	217	2	174
	793.027	1.647.646	616.462	1.412.664
Project Finance Fees	-	(592)	-	(640)
	793.027	1.647.054	616.462	1.412.024
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 2009 - Galp Energia, SGPS, S.A.	280.000	420.000	-	700.000
Emissão de 2010 - Galp Energia, SGPS, S.A.	-	300.000	-	300.000
	280.000	720.000	-	1.000.000
	1.073.027	2.367.054	616.462	2.412.024

Os empréstimos não correntes, excluindo project finance fees, em 30 de Junho de 2011 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2013	407.839
2014	933.971
2015	393.393
2016	81.257
2017	99.194
2018 e seguintes	451.992
	2.367.646

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a totalidade dos empréstimos internos e externos obtidos encontram-se expressos nas seguintes moedas como segue:

		Junho 2011		Dezembro 2010	
		Montante Global Inicial	Montante em Dívida (mEuros)	Montante Global Inicial	Montante em Dívida (mEuros)
Dalasi	GMD	-	-	1.995	53
Dólares dos Estados Unidos da	USD	3.020	508	3.020	678
Escudos de Cabo Verde	CVE	86.700	786	-	-
Euros	EUR	2.148.851	2.059.653	1.805.834	1.651.287
Lilangeni Suazi	SZL	585	48	472	66
Meticals	MZM	-	-	121.684	2.819
		2.060.995		1.654.903	

As taxas de juro médias dos empréstimos e descobertos bancários suportadas pela empresa incluindo comissões e outros encargos no ano de 2011 e 2010 foram 4,10% e 3,55% respectivamente.

Os empréstimos à taxa fixa têm em 2011 e em 2010 uma taxa média de 4,78% e 4,27%, respectivamente, e os empréstimos à taxa variável uma taxa média em 2011 e 2010 de 3,87% e 3,29%, respectivamente. Os empréstimos a taxa fixa representam em 2011 e 2010 cerca de 26% e 29%, respectivamente, do total dos empréstimos obtidos.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Nos termos dos contratos celebrados com as entidades financiadoras, e em linha com as normas legais e regulamentares vigentes em matéria de concorrência e com as práticas observáveis no mercado, nem a Galp Energia nem as suas contrapartes estão autorizadas a divulgar outras informações relativas às características e conteúdo das operações de financiamento a que esses contratos respeitam, sem prejuízo da liberdade reconhecida a cada um dos intervenientes de identificar as entidades signatárias e os montantes globais dos financiamentos.

Caracterização dos principais empréstimos

Empréstimos bancários

Em 30 de Junho de 2011, o Grupo tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de mEuros 1.160.000, que se dividem em mEuros 600.000 de médio e longo prazo e mEuros 560.000 de curto prazo. Destes montantes estão utilizados mEuros 210.000 a curto prazo e mEuros 250.000 no médio e longo prazo, este último dado ser intenção do Grupo manter este financiamento até ao final de 2012, e de apenas depender de si a respectiva renovação.

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respectivo em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, adicionada de “spreads” variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pelo Grupo. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém inalterada durante o respectivo prazo de emissão.

Adicionalmente, o Grupo tem registado em empréstimos internos a médio e longo prazo o montante de mEuros 727.471, realizados pelas empresas Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., Sucursal en España, CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A., Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A. e a Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A..

O Grupo contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines, no montante de mEuros 58.000. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, mEuros 39.000 e mEuros 19.000, que são remuneradas, respectivamente, à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um “spread” variável e à taxa fixa revisível. No primeiro trimestre de 2011, já se procedeu ao reembolso de mEuros 1.244 referente à primeira tranche e de mEuros 591 referente à segunda tranche deste empréstimo.

Durante o exercício de 2008, o Grupo contraiu um novo empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria do Porto, no montante de mEuros 50.000. O empréstimo é remunerado ao regime de taxa fixa revisível.

O Grupo contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, o qual se destina ao projecto de conversão das refinarias de Sines e do Porto, no montante de mEuros 500.000. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, mEuros 300.000 e mEuros 200.000, com o prazo de vencimento de dezasseis anos, incluindo três de carência de capital e treze de reembolso.

Estes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, com excepção da tranche de mEuros 200.000, são garantidos através de contratos de garantia celebrados com a Petrogal, S.A..

Os restantes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, no montante de mEuros 276.511, são garantidos por Sindicatos Bancários.

A Petrogal emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do grupo e associadas, relativas a linhas de crédito de curto prazo no montante total de mEuros 520.135.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Empréstimos obrigacionistas

Emissão de 2009 – Galp Energia, SGPS, S.A.

Em 13 de Maio de 2009 a Galp Energia, SGPS, S.A., procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de mEuros 700.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável, e com o reembolso previsto de 40% em 20 de Maio de 2012 e 60% em 20 de Maio de 2013.

A emissão foi organizada pelo Banco Santander Totta, S.A. e pela Caixa – Banco de Investimento, S.A..

A emissão foi participada por um conjunto de catorze bancos, nacionais e internacionais: Banco Santander Totta, S.A., o Caixa – Banco de Investimento, S.A., o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco BPI, S.A., o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., o BNP Paribas e a Caixa d'Estalvis y Pensiones de Barcelona (la Caixa) na qualidade de Joint Lead Managers. Como Co-lead Managers: a Caixa Económica Montepio Geral, o Banco Millennium BCP Investimento, S.A., o BB Securities Ltd. (Banco do Brasil), o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd, o Banco Itaú Europa, S.A. – Sucursal Financeira Internacional, o Merrill Lynch International e a Société Générale.

Emissão de 2010 – Galp Energia, SGPS, S.A.

Em 12 de Novembro de 2010 a Galp Energia, SGPS, S.A., procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de mEuros 300.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável, e com o reembolso previsto de 50% em 12 de Novembro de 2013 e 50% em 12 de Novembro de 2014.

A emissão foi participada por um conjunto de seis bancos internacionais: Citibank International plc, ING Belgium SA/NV – Sucursal em Portugal, Banco Itaú Europa, S.A. – Sucursal Financeira Internacional, Banco Español de Credito S.A. (Banesto), Caixa d'Estalvis i Pensions de Barcelona “la Caixa” e BB Securities Limited.

23. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS

Durante o período findo em 30 de Junho de 2011, não ocorreram variações significativas face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010 e o respectivo anexo.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a rubrica outras contas a pagar não correntes e correntes pode ser detalhada como segue:

Rubricas	Junho 2011		Dezembro 2010	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Estado e outros entes públicos:				
IVA a pagar	187.450	-	187.397	-
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	88.717	-	102.208	-
Segurança social	9.143	-	6.779	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	7.501	-	5.736	-
Outras tributações	18.474	-	12.465	-
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 16)	190.563	-	170.361	-
Fornecedores de imobilizado	190.223	45.620	302.327	54.426
Overlifting - parceiros dos Blocos 1 e 14	43.166	-	20.490	-
Outras contas a pagar - Empresas associadas, participadas e relacionadas	19.008	-	760	-
Pessoal	8.759	-	7.258	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	6.917	-	11.470	-
Outras contas a pagar - Outros accionistas	2.530	-	375	-
Saldos credores de clientes	2.370	-	7.747	-
Adiantamentos de clientes	104	-	345	-
Empréstimos - Outros accionistas	-	4.379	-	5.308
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas	-	2.902	-	2.902
Outros credores	5.910	3.461	19.121	3.402
	780.835	56.362	854.839	66.038
Acréscimos de custos:				
Fornecimentos e serviços externos	49.615	-	37.567	-
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	22.269	-	27.205	-
Juros a liquidar	18.582	-	16.896	-
Acerto de desvio tarifário - outras actividades - regulação ERSE	16.517	-	16.618	-
Acerto de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE	11.418	-	10.103	-
Descontos, bónus e rappel relacionados com vendas	7.146	-	4.994	-
Brindes Fastgalp	6.168	-	5.944	-
Prémios de seguro a liquidar	3.315	-	924	-
Custos e perdas financeiros	944	-	915	-
Prémios de produtividade	359	-	11.852	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	80	-	61	-
Acerto de desvio tarifário - tarifa de energia - regulação ERSE	-	-	1.307	-
Outros acréscimos de custos	8.881	-	7.294	-
	145.294	-	141.680	-
Proveitos diferidos:				
Prestação de Serviços	21.607	-	5.887	-
Subsídios ao Investimento (Nota 13)	9.805	248.894	9.925	253.856
Fibra óptica	396	2.753	2.751	595
Outros	19.688	92	19.001	96
	51.496	251.739	37.564	254.547
	977.625	308.101	1.034.083	320.585

A rubrica de Adiantamentos por conta de vendas, no montante de mEuros 190.563, é relativa a responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas (Nota 16).

O montante de mEuros 43.166 registado na rubrica de Outras contas a pagar – Overlifting – parceiros dos Blocos 1 e 14, corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizada conforme descrito Nota 2.7 e) do anexo às demonstrações consolidadas da Empresa de 31 de Dezembro de 2010.

O montante de mEuros 6.917, registado na rubrica de Depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 5.120 referente à responsabilidade da Petrogal em 30 de Junho de 2011, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, foram registadas ao valor de aquisição o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

O montante de mEuros 4.379 registado na rubrica de Empréstimos - Outros accionistas refere-se essencialmente a:

- mEuros 666, mEuros 666 e mEuros 333 registado a médio e longo prazo a pagar à E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., à Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda e à AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A., dizem respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária CLCM - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- mEuros 1.103 registado a médio e longo prazo a pagar à EDP Cogeração, S.A. relativamente a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- O montante de mEuros 272 registado a médio e longo prazo a pagar à Companhia Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. relativamente a suprimentos obtidos pela subsidiária Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido;
- O montante de mEuros 1.301, registado a médio e longo prazo a pagar à Visabeira Telecomunicações, SGPS, S.A., diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 6.168 registado na rubrica de Acréscimos de custos - Brindes Fastgalp refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos e não rebatidos até 30 de Junho de 2011, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos períodos seguintes.

Os subsídios ao investimento encontram-se a ser reconhecidos em resultados durante a vida útil dos bens. O montante a reconhecer em períodos futuros ascende a mEuros 258.699.

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica Proveitos diferidos - Fibra óptica são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 30 de Junho de 2011, por reconhecer em períodos futuros ascende a mEuros 3.149.

25. PROVISÕES

No decurso do período findo em 30 de Junho de 2011 a rubrica de provisões apresentava o seguinte movimento:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Transferências	Regularizações	Variação de perímetro (Nota 3)	Saldo final
Processos judiciais	12.763	1.591	(915)	(36)	-	217	-	13.620
Investimentos financeiros	631	197	-	(25)	-	(27)	-	776
Impostos	24.545	-	(2.547)	(251)	-	(949)	-	20.798
Meio ambiente	4.431	-	-	(10)	-	-	-	4.421
Abandono de blocos	-	6.224	(3.327)	-	35.427	-	-	38.324
Outros riscos e encargos	113.887	1.414	(5.804)	(39.417)	(35.427)	(314)	115	34.454
	<u>156.257</u>	<u>9.426</u>	<u>(12.593)</u>	<u>(39.739)</u>	<u>-</u>	<u>(1.073)</u>	<u>115</u>	<u>112.393</u>

Os aumentos de provisões, líquidos de diminuições foram registados por contrapartida das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados:

Provisões (Nota 6)	(3.364)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas (Nota 4)	<u>197</u>
	<u>(3.167)</u>

Processos judiciais

A provisão para processos judiciais em curso no montante de mEuros 13.620 inclui essencialmente o montante de mEuros 6.456 relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo da subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

relativamente ao diferendo que opõe esta empresa com a Câmara Municipal de Matosinhos, e mEuros 1.412 referente a processo por incumprimento contratual de gestão em estação de serviço pela Galp Energia España, S.A..

Investimentos financeiros

A provisão para investimentos financeiros, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos, detalha-se conforme se segue (Nota 4):

Ventinveste, S.A.	26
Spower, S.A.	39
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	<u>711</u>
	<u>776</u>

Impostos

A rubrica provisão para impostos no montante de mEuros 20.798 inclui essencialmente:

- i) mEuros 7.394 para fazer face a uma contingência fiscal, relacionada com uma correcção à matéria colectável da subsidiária Petrogal relativa aos exercícios de 2001 e 2002;
- ii) mEuros 8.699 para fazer face a correcções efectuadas à matéria colectável, no decurso da inspecção fiscal à declaração de IRC dos exercícios de 2002 e 2005 da Galp Energia, SGPS, S.A. e da subsidiária GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.. A contingência fiscal está relacionada com a interpretação sobre o regime de tributação de mais valias obtidas em períodos anteriores ao ano de 2000;
- iii) mEuros 4.115 para fazer face a contingência fiscal, relacionada com a inspecção aos anos de 1990 a 2003 da subsidiária Galp Comercializacion Oil España, S.L., empresa fundida na Galp Energia España, S.A.;

Meio Ambiente

O montante mEuros 4.421 registado na rubrica de provisões para meio ambiente é para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pelo Grupo onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal.

Abandono de blocos

O montante de mEuros 38.324 registado na rubrica de provisões para abandono de blocos, destina-se essencialmente para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos Blocos 1 e 14 em Angola no montante de mEuros 38.311 e o remanescente montante de mEuros 13 a instalações no Brasil. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas.

Outros riscos e encargos

Em 30 de Junho de 2011, a rubrica provisões – outros riscos e encargos no montante de mEuros 34.454 refere-se essencialmente a:

- i) mEuros 16.843 provisão para revisão de preço de compra de gás natural;
- ii) mEuros 1.202 para fazer face ao pagamento de ISP dos biocombustíveis;
- iii) mEuros 1.150 de juros compensatórios relativos à não aceitação dos custos fiscais de 2002 pelo abate da monoboia do terminal oceânico de Leixões.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

As principais variações no período findo a 30 de Junho de 2011 de outras provisões no montante de mEuros 9.426 de aumentos e mEuros 12.593 de diminuições referem-se essencialmente a:

- i) mEuros 6.224 referente ao reforço da provisão para custos de abandono dos Blocos 1 e 14 relativos à estimativa dos custos totais de abandono, do coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais no final desse período adicionadas da produção do período. A respectiva actualização cambial originou uma redução de mEuros 3.327;
- ii) mEuros 2.523 referente a ajuste cambiais da provisão para revisão de preços de compra de gás.

A utilização de provisões no montante de mEuros 39.739 referem-se essencialmente a:

- i) mEuros 27.525 referentes ao pagamento de facturas de revisão preços de compra de gás natural;
- ii) mEuros 10.745 referentes ao pagamento de liquidações de IRP referentes aos anos de 2005 e 2006.

A variação do perímetro no montante de mEuros 115, refere-se à entrada no perímetro da Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L. (Nota 3).

26. FORNECEDORES

Em 30 de Junho de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica Fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Junho 2011	Dezembro 2010
Fornecedores c/c	990.928	737.640
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	744.070	752.150
Fornecedores - títulos a pagar	11	15
	1.735.009	1.489.805

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – facturas em recepção e conferência, correspondem essencialmente às compras de matérias-primas de petróleo bruto, gás natural e de mercadorias em trânsito àquelas datas.

27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

É política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro, riscos de flutuação de mercado, nomeadamente os riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, bem como riscos de variação do preço do gás natural e electricidade os quais afectam o valor financeiro dos activos e dos “cash-flows” futuros esperados da sua actividade.

Os derivados financeiros são denominados, segundo as normas IAS/IFRS, como “activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos” ou “passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”. Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variação de taxa de juro de empréstimos são denominados como sendo de “cobertura de fluxo de caixa”. Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variabilidade do justo valor ou para colmatar quaisquer riscos que possam afectar os resultados do exercício de empréstimos são denominados como sendo de “cobertura de justo valor”.

O justo valor dos derivados financeiros foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Em conformidade com a norma IFRS 7 uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflecta o significado dos inputs utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - inputs diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o activo ou passivo, quer directamente (i.e., como preços) quer indirectamente (i.e., derivados dos preços);
- Nível 3 - inputs para o activo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

O justo valor dos derivados financeiros (swaps) contabilizados foi determinado por entidades bancárias tendo por base inputs observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites (Nível 2). Os futuros são transaccionados em Bolsa sujeitos à Câmara de compensação, sendo o valor determinado pelos preços cotados (Nível 1).

Derivados financeiros – Swaps

Os derivados financeiros apresentam a 30 de Junho de 2011 as seguintes características:

Tipo de Derivado de Taxa de Juro	Taxa de Juro	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
<u>Passivo</u>	<u>Justo valor por resultados</u>			
Swap de taxa de juro	Paga Euribor 6m Recebe entre 3,438% e 3,87%	mEur 235.365	2013	(1.049)
	<u>Cobertura de Fluxo de Caixa</u>			
Swaps de taxa de juro	Paga entre 3,33% e 6,24%	mEUR 301.739	2011 a 2013	(2.084)
				<u>(3.133)</u>
Tipo de Derivado sobre Commodities	Características	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
<u>Activo</u>	<u>Justo valor por resultados</u>			
Swaps	Electricidade	Buy 43.800 MWh	2011	96
Swaps	Gás Natural	Buy 852.309 Sell 799.856 MWh	2011-2013	3.762
				<u>3.858</u>
<u>Passivo</u>	<u>Justo valor por resultados</u>			
Swaps	Gás Natural	Buy 59.800 MWh Sell 95.100 MWh	2011	(536)
				<u>(536)</u>
Total de Activos				3.858
Não correntes (Nota 1:				967
Correntes				2.891
Total de Passivos				(3.669)
Não correntes				(65)
Correntes				(3.604)

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Swaps sobre Taxa de Juro

Os instrumentos financeiros derivados em carteira sobre taxa de juro, classificados como Activos ou Passivos de justo valor por resultados, apresentam durante o período findo em 30 de Junho de 2011 e 2010 as seguintes evoluções:

Derivados sobre Taxa de Juro	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2010	-	-	(9.295)	(240)
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o período	-	-	2.981	177
Recebimento/(Pagamento) de Juros reflectido em resultados	-	-	(2.981)	(177)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	1.785	-	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	404	134
Justo valor em 30 de Junho de 2010	1.785	-	(8.891)	(106)
Justo valor em 1 de Janeiro de 2011	702	-	(98)	(5.112)
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o período	-	-	33	3.082
Recebimento/(Pagamento) de Juros reflectido em resultados	-	-	(33)	(3.082)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	(702)	-	-	(1.049)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	33	3.093
Justo valor em 30 de Junho de 2011	-	-	(65)	(3.068)

Os juros suportados e obtidos com os derivados de taxa de juro estão classificados nas rubricas de Proveitos e Custos Financeiros.

Os movimentos ocorridos no Justo Valor repercutidos no Capital Próprio, resultante da cobertura de fluxo de caixa, são como se segue:

Variação de Justo Valor nos Capitais Próprios	Junho 2011	Junho 2010
Empresas do Grupo	3.126	538
Interesses que não controlam	(52)	(67)
	3.074	471
Empresas associadas	182	(73)
	3.256	398

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Swaps sobre Commodities

O impacto contabilístico a 30 de Junho de 2011 e a 30 de Junho de 2010 na rubrica do Custo da Venda pode ser visualizado no quadro seguinte:

Derivados sobre Commodities	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2010	300	300	-	-
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) na liquidação durante o período	-	128	-	(274)
Recebimento/(Pagamento) na liquidação reflectido em resultados	-	(129)	-	274
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	(300)	788	(187)	(184)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2010	-	1.088	(187)	(184)
Justo valor em 1 de Janeiro de 2011	727	1.672	-	(2.584)
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) na liquidação durante o período	-	-	-	(163)
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	-	-	163
Recebimento/(Pagamento) na liquidação reflectido em resultados	240	1.219	-	2.048
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2011 (Nota 17)	967	2.891	-	(536)

Derivados financeiros – Futuros

O Grupo Galp Energia transacciona igualmente uma característica de instrumentos financeiros denominados como Futuros. Devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como Activos financeiros ao justo valor por resultados e fazem parte integrante da rubrica de caixa e seus equivalentes. Os ganhos e perdas com os futuros sobre commodities (Brent) estão classificados na rubrica de Custo das Vendas, enquanto que os futuros sobre electricidade ou CO2 estão classificados na rubrica de resultados financeiros. Como os Futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração dos Resultados, conforme quadro seguinte:

Futuros sobre Commodities (Brent)	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2010	-	1.378	-	-
Aquisições durante o período	-	23.105	-	-
Alienações durante o período	-	(17.617)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(5.532)	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2010	-	1.334	-	-
Justo valor em 1 de Janeiro de 2011	-	1.313	-	-
Aquisições durante o período	-	33.714	-	-
Alienações durante o período	-	(50.293)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	16.778	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2011 (Nota 18)	-	1.512	-	-

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Além destes Futuros, o Grupo transacciona Futuros sobre Electricidade, que são classificados como Activos financeiros ao justo valor por resultados – detidos para negociação. Os ganhos e perdas com estes Futuros estão classificados como resultados financeiros. Os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração dos Resultados em Resultados financeiros, conforme quadro seguinte:

Futuros sobre Electricidade	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2010	-	-	-	-
Aquisições durante o período	-	1.469	-	-
Alienações durante o período	-	(446)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados financeiros	-	(151)	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2010	-	872	-	-
Justo valor em 1 de Janeiro de 2011	-	2.029	-	-
Aquisições durante o período	-	5.811	-	-
Alienações durante o período	-	(7.838)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados financeiros	-	308	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2011 (Nota 18)	-	310	-	-

Em 30 de Junho de 2011, a Galp Power, S.A. detém em carteira 250 lotes de Futuros sobre CO2 com vencimento em Dezembro de 2011. Estes Futuros sobre CO2 representam 250.000 toneladas/CO2 com uma valorização e registo contabilístico a 30 de Junho de 2011 no montante de mEuros 215 e classificados como activos financeiros ao justo valor por resultados - detidos para negociação. Os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração dos Resultados em resultados financeiros, conforme quadro seguinte:

Futuros sobre CO2	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2010	-	396	-	-
Aquisições durante o período	-	1.081	-	-
Alienações durante o período	-	(1.885)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados financeiros	-	832	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2010	-	424	-	-
Justo valor em 1 de Janeiro de 2011	-	376	-	-
Aquisições durante o período	-	1.369	-	-
Alienações durante o período	-	(1.514)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados financeiros	-	(16)	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2011 (Nota 18)	-	215	-	-

28. ENTIDADES RELACIONADAS

Durante o período findo em 30 de Junho de 2011, não ocorreram variações significativas nas Entidades relacionadas, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010 e o respectivo anexo.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

29. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos órgãos sociais da Galp Energia para os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 compõe-se como segue:

	Junho de 2011						Junho de 2010					
	Remuneração base	Prémios	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Outros encargos e regularizações	Total	Remuneração base	Prémios	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Outros encargos e regularizações	Total
Órgãos sociais da Galp Energia SGPS												
Administradores executivos	1 514	-	396	108	29	2 047	1 516	212	396	107	29	2 260
Administradores não executivos	601	-	97	23	-	721	605	-	97	23	-	725
Conselho Fiscal	43	-	-	-	-	43	43	-	-	-	-	43
Assembleia Geral	2	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	3
	2 160	-	493	131	29	2 813	2 167	212	493	130	29	3 031
Órgãos sociais de empresas associadas												
Administradores executivos	580	(6)	-	11	-	585	436	15	-	30	-	481
Assembleia Geral	5	-	-	-	-	5	5	-	-	-	-	5
	585	(6)	-	11	-	590	441	15	-	30	-	486
	2 745	(6)	493	142	29	3 403	2 608	227	493	160	29	3 517

Do montante de mEuros 3.403 e mEuros 3.517, registados nos períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 respectivamente, mEuros 2.373 e mEuros 2.387 foram contabilizados em custos com pessoal (Nota 6) e mEuros 1.030 e mEuros 1.130 foram contabilizados em fornecimentos e serviços de externos.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativas a valores imputar a este exercício.

Segundo a IAS 24, o pessoal chave corresponde ao conjunto de todas as pessoas com autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as actividades da empresa, directa ou indirectamente, incluindo qualquer administrador, seja ele executivo ou não executivo. Segundo a interpretação desta norma por parte da Galp Energia, as únicas pessoas que reúnem todas estas características são os membros do Conselho de Administração.

30. DIVIDENDOS

Os dividendos por conta do resultado líquido do exercício de 2010 atribuídos aos accionistas do Grupo ascenderam a mEuros 165.850, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 30 de Maio de 2011, tendo sido distribuídos e liquidados dividendos antecipados no montante de mEuros 49.755 durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e liquidados no período findo em 30 de Junho de 2011, o restante montante de mEuros 116.095.

No decurso do exercício findo em 30 de Junho de 2011 foram liquidados dividendos no montante de mEuros 435 na esfera das subsidiárias do grupo Petrogal (Nota 21).

Como consequência do referido anteriormente, no decurso do exercício findo em 30 de Junho de 2011, o Grupo pagou dividendos no total de mEuros 116.530.

31. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR SOBRE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADO)

Para esclarecimentos consultar as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010 e o respectivo anexo.

32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Durante o período findo em 30 de Junho de 2011, não ocorreram variações significativas na Gestão de riscos financeiros, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010 e o respectivo anexo.

33. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Durante o período findo em 30 de Junho de 2011, não ocorreram variações significativas nos Activos e responsabilidades contingentes, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010 e o respectivo anexo.

34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A 30 de Junho de 2011, a Galp Power, S.A. detém em carteira 250 lotes de Futuros sobre CO2 com vencimento em Dezembro de 2011 (Nota 27). Estes Futuros sobre CO2 representam 250.000 Ton/CO2.

Durante o primeiro semestre do ano de 2011 o Grupo Galp Energia vendeu licenças com quantidade de 450.000 Ton/CO2 que se encontravam em excesso, de anos anteriores sem expectativa de serem utilizadas. Resultante destas transacções foi gerado um ganho líquido de mEuros 7.610 registado como proveito operacional (Nota 5).

O Grupo Galp Energia tem suficientes licenças de CO2 em carteira para colmatar as emissões de gases com efeito de estufa estimada a ocorrer durante o ano de 2011.

Para restantes informações sobre matérias ambientais, consultar o anexo às demonstrações consolidadas da Empresa a 31 de Dezembro de 2010.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes relevantes entre a data de reporte de período contabilístico e a data de aprovação das demonstrações financeiras.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Julho de 2011.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Luca Bertelli

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng.^a Maria Rita Galli

4. RELATÓRIOS, OPINIÕES E PARECERES

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

Introdução

- 1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011, da Galp Energia, SGPS, S.A., incluída: no Relatório de gestão, na Demonstração da posição financeira consolidada (que evidencia um total de 9.905.584 milhares de euros e um total de capital próprio de 2.881.469 milhares de euros, o qual inclui interesses não controlados de 51.918 milhares de euros e um resultado líquido de 290.467 milhares de euros), na Demonstração consolidada dos resultados, na Demonstração consolidada do rendimento integral, na Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e na Demonstração consolidada de fluxos de caixa do período findo naquela data, e no correspondente Anexo.
- 2 As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

- 3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as variações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (b) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade 34 “Relato financeiro intercalar” tal como adoptada na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

- 5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu: principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade 34 “Relato financeiro intercalar” tal como adoptada na União Europeia e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos

9 Com base no nosso trabalho, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação constante do Relatório de gestão não é concordante com a informação financeira consolidada do período.

28 de Julho de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077

representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO APRESENTADA

ARTIGO 246.º N.º1 ALÍNEA C) DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246.º n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp Energia) declara que: Tanto quanto é do seu conhecimento a informação prevista na alínea a) do n.º1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que ocorreram no

período a que se refere e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 28 de Julho de 2011

O CONSELHO FISCAL

Presidente:

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais:

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Manuel Nunes Agria

Suplente:

Amável Alberto Freixo Calhau

5. INFORMAÇÃO ADICIONAL

DEFINIÇÕES

EBIT

Resultado operacional

EBITDA

EBIT mais depreciações, amortizações e provisões. O EBITDA não é uma medida directa de liquidez e deverá ser analisado conjuntamente com os *cash flows* reais resultantes das actividades operacionais e tendo em conta os compromissos financeiros existentes

Galp Energia, Empresa ou Grupo

Galp Energia, SGPS, S.A. e empresas participadas

IRP

Imposto sobre o rendimento gerado nas vendas de petróleo em Angola

Margem *Cracking* Roterdão

Margem *Cracking* de Roterdão é composta pelo seguinte perfil: -100% *dated Brent*, +2,3% LPG FOB *Seagoing* (50% Butano + 50% Propano), +25,4% PM UL NWE FOB Bg, +7,4% Nafta NWE FOB Bg., +8,5% *Jet* NWE CIF, +33,3% ULSD 50 ppm NWE CIF Cg e +15,3% LSFO 1% FOB Cg.; C&Q: 7,7%; Taxa de terminal: 1\$/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o *dated Brent*; Frete 2011: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 5,98\$/ton (Frete 2010: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 5,22\$/ton). Rendimentos mássicos.

Margem *Hydroskimming* + Aromáticos + Óleos Base de Roterdão

Margem *hydroskimming* de Roterdão: -100% *dated Brent*, +2,1% LPG FOB *Seagoing* (50% Butano+ 50% Propano), +15,1% PM UL NWE FOB Bg, +4,0% Nafta NWE FOB Bg., +9% *Jet* NWE CIF Cg, +32,0% ULSD 10 ppm NWE CIF Cg. e +33,8% LSFO 1% NWE FOB Cg.; C&Q: 4,0%; Taxa de terminal: 1\$/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o *dated Brent*; Frete 2011: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 5,98\$/ton (Frete 2010: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 6,22\$/ton).

Margem aromáticos de Roterdão: -60% PM UL NWE FOB Bg, -40,0% Nafta NWE FOB Bg., +37% Nafta NWE FOB Bg., +16,5% PM UL NWE FOB Bg, +6,5% Benzeno Roterdão FOB Bg, +18,5% Tolueno Roterdão FOB Bg, +16,6% Paraxileno Roterdão FOB Bg, +4,9% Ortóxileno Roterdão FOB Bg.; Consumos: -18% LSFO 1% CIF NEW. Rendimentos mássicos.

Margem refinação Óleos Base: -100% *Arabian Light*, +3,5% LPG FOB *Seagoing* (50% Butano+ 50% Propano), +13,0% Nafta NWE FOB Bg., +4,4% *Jet* NWE CIF, +34,0% ULSD 10 ppm NWE CIF, +4,5% VGO 1,6% NWE FOB cg, +14,0% Óleos Base FOB, +26% HSFO 3,5% NWE Bg.; Consumos: -6,8% LSFO 1% NWE FOB Cg.; Quebras: 0,6%; Taxa de terminal: 1\$/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o *dated Brent*; Frete 2011: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 5,98\$/ton (Frete 2010: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 5,22\$/ton). Rendimentos mássicos.

Relatório & Contas do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011

Margem *hydroskimming* + Aromáticos + Óleos Base de Roterdão = 65% Margem *hydroskimming* de Roterdão + 15% Margem aromáticos de Roterdão + 20% Margem refinação Óleos Base.

Replacement Cost ("RC")

De acordo com este método, o custo das mercadorias vendidas é avaliado a *Replacement Cost*, isto é, à média do custo das matérias-primas no mês em que as vendas se realizam e independentemente das existências detidas no início ou no fim dos períodos. O *Replacement Cost* não é um critério aceite pelas normas de contabilidade (IFRS), não sendo consequentemente adoptado para efeitos de avaliação de existências e não reflectindo o custo de substituição de outros activos.

ABREVIATURAS:

bbl: barris;

BBLT: Benguela, Belize, Lobito e Tomboco;

bbl/d: barris por dia;

Bg: Barges;

Cg: Cargoes;

CIF: Costs, Insurance and Freights;

CLC: Companhia Logística de Combustíveis;

CLH: Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A.;

CMP: Custo Médio Ponderado;

CPT: Compliant Piled Tower;

DGEG: Direcção Geral de Energia e Geologia;

E&P: Exploração & Produção;

EUA: Estados Unidos da América;

€: Euro;

FIFO: First In First Out;

FOB: Free on Board;

G&P: Gas & Power;

IAS: International Accounting Standards;

IFRS: International Financial Reporting Standards;

LIFO: Last In First Out;

LSFO: Low sulphur fuel oil;

m³: metros cúbicos;

mbopd: mil barris de petróleo por dia;

OCDE: Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo,

PM UL: Premium unleaded;

p.p.: pontos percentuais;

PSA: *Production Sharing Agreement*;

R&D: Refinação & Distribuição;

RCA: Replacement cost ajustado;

s.s.: sem significado;

SXEP: Índice DJ Europe Oil & Gas;

TL: Tômbua-Lândana;

ULSD CIF Cg: Ultra Low sulphur diesel CIF Cargoes;

Usd: dólar dos Estados Unidos.

DISCLAIMER:

Este Relatório contém declarações prospectivas (*forward looking statements*), no que diz respeito aos resultados das operações e às actividades da Galp Energia, bem como alguns planos e objectivos da Empresa face a estas questões. Os termos antecipa, acredita, estima, espera, prevê, pretende, planeia, e outros termos similares, visam identificar tais *forward looking statements*.

Os *forward looking statements* envolvem, por natureza, riscos e incertezas, em virtude de estarem associados a eventos e a circunstâncias susceptíveis de ocorrerem no futuro. Os resultados e desenvolvimentos reais poderão diferir significativamente dos resultados expressos ou implícitos nas declarações, em virtude de diferentes factores. Estes incluem, mas não se limitam, a mudanças ao nível dos custos, alterações ao nível de condições económicas e alterações a nível regulamentar.

Os *forward looking statements* reportam-se apenas à data em que são feitos, não assumindo a Galp Energia qualquer obrigação de os actualizar à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros, nem de explicar as razões por que os resultados efectivamente verificados são eventualmente diferentes.

Galp Energia, SGPS, S.A.

Relações com Investidores

Tiago Villas-Boas, Director
Inês Santos
Maria Borrega
Pedro Pinto
Samuel Dias

Contactos :

Tel: +351 21 724 08 66
Fax: +351 21 724 29 65

Morada: Rua Tomás da Fonseca, Torre A, 1600-209
Lisboa, Portugal

Website: www.galpenergia.com

Email: investor.relations@galpenergia.com

Reuters: GALP.LS

Bloomberg: GALP PL